

# Os Homicídios no Nordeste Brasileiro

*José Maria Nóbrega Júnior<sup>1</sup>*

## I. INTRODUÇÃO

Dilma Rousseff inicia seu governo como a primeira mulher a presidir a República Federativa do Brasil. Também será a primeira mulher a assumir o país mais violento já administrado por uma mulher<sup>2</sup>. Tem em suas mãos um problema que seu antecessor não conseguiu resolver: a violência crescente no Brasil. Apesar do último Mapa da Violência demonstrar que, desde 2003, o Brasil vem reduzindo as suas taxas de mortes por agressão<sup>3</sup> (WAISELFISZ, 2010), o que assistimos na realidade, é a redução em apenas uma parte do Brasil. Quando do quadro da violência homicida é retirado o estado de São Paulo, a tendência muda e passa a ser crescente. O Nordeste aparece como a região mais violenta em números absolutos e em taxas por cem mil habitantes.

Em 1980 foram 13.910 pessoas assassinadas no Brasil (SIM/DATASUS). Este número mais que dobrou em 1990, chegando a 31.989 homicídios. Em 2003 o número chegou a 51.043, um crescimento refletido no avanço da taxa, que praticamente triplicou. Em 1980 a taxa de homicídio foi de 11,7 e em 2003 esta taxa foi de 29 homicídios por 100 mil habitantes.

Com raríssimas exceções, a maioria dos estados brasileiros apresenta crescimento em seus indicadores de mortes por agressão. Utilizando o banco de dados do SIM (Sistema de Informação de Mortalidade) do Ministério da Saúde, analisei uma série histórica de treze anos (1996-2008). Com a exceção do Sudeste, todas as outras regiões apresentaram crescimento nas mortes por agressão (gráfico 1).

<sup>1</sup> Professor da Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido. Unidade Acadêmica de Educação do Campo - UAEDUC. Doutor em Ciência Política pela UFPE. Pesquisador do Núcleo de Estudos de Instituições Coercitivas e da Criminalidade (NICC) da UFPE. Pesquisador do Instituto de Estudos Comparados em Administração Institucional de Conflitos (InEAC) da UFF. E-mail: jnobregajunior@uol.com.br

<sup>2</sup> O Brasil tem uma taxa de 25,6 homicídios por cem mil habitantes, ocupando a terceira posição entre os países da América Latina (Taxa do Brasil calculada baseada no último ano do SIM/SUS/2008). Venezuela, com 52 homicídios por cem mil, e a Colômbia, com 33, estão à sua frente. A Argentina, presidida por uma mulher, tem a taxa de 5,3 homicídios por cem mil habitantes. O Chile, no período que foi governado por Bachelet, teve uma taxa de 1,5. Fontes: [www.oas.org/dsp/espanol/cpo-observatorio-estadisticas.asp](http://www.oas.org/dsp/espanol/cpo-observatorio-estadisticas.asp) Dados compilados pela OEA – Organização dos Estados Americanos.

<sup>3</sup> Mortes por agressão é a definição de todas as mortes violentas intencionais cadastradas no Sistema de Informação da Mortalidade (SIM) do Sistema Único de Saúde (SUS) dentro do sistema de banco de dados DATASUS ([www.datasus.gov.br](http://www.datasus.gov.br)). O homicídio tem sua definição jurídica no Código Penal brasileiro no artigo 121. “Matar alguém”, com todas as disponibilidades jurídicas inseridas. No meu trabalho homicídios será o mesmo que morte por agressão ou o que a Senasp (Secretaria Nacional de Segurança Pública) instituiu como Crime Violento Letal e Intencional (CVLI) que acrescenta os latrocínios e as agressões seguidas de morte da vítima.

Na região Sudeste, São Paulo se destaca como caso exitoso na redução dos homicídios. Em 1996 foram computadas 12.320 mortes por agressão naquele estado. O ano de 1999 computou 15.758 mortes. Em 2008, depois de anos consecutivos de queda após o início da década, foram 6.126 pessoas mortas por homicídio. Em relação ao ano de 1996, a redução dos homicídios foi de praticamente 100% em seus números absolutos. Já no restante do Brasil, os números de mortes por agressão foram e são crescentes.

Na região Nordeste todos os estados vem apresentando crescimento desse tipo de violência, com destaque para Alagoas e Bahia que apresentaram crescimento explosivo nos últimos anos da série histórica (1996-2008). Em Alagoas, entre 1996 e 2008, houve 13.673 assassinatos, com uma média de 1.051 mortes por ano. Entre 2001 e 2008 o crescimento percentual foi de quase 130% nos números absolutos.

A Bahia apresentou uma verdadeira explosão das mortes por agressão entre 1999 e 2008. Em 1999 foram pouco mais de 910 assassinatos, em 2008 este número chegou a mais de 4.700 mortes, igualando ao pior ano de Pernambuco, em 2001, onde houve 4.709 assassinatos. Pernambuco, Bahia e Alagoas são responsáveis por praticamente 2/3 dos homicídios da região Nordeste.

O propósito deste *paper* é analisar/investigar a dinâmica das mortes por agressão/homicídios na região Nordeste. Além da dinâmica, confrontar algumas variáveis importantes em relação aos homicídios, buscando avaliar a relação de causalidade. O trabalho tem como proposta testar as seguintes hipóteses:

- O esforço feito pelo governo em áreas sociais responde positivamente na queda da criminalidade violenta;
- A melhoria nos indicadores socioeconômicos responde positivamente na queda da criminalidade violenta;
- O papel das instituições coercitivas (*accountability*<sup>4</sup>) é fator determinante para o controle e queda da criminalidade violenta.

Para isso, o *paper* foi dividido em cinco partes. A primeira, esta introdução, destacando sumariamente o problema a ser estudado. A segunda, com a dinâmica dos homicídios no Nordeste e em Pernambuco. A terceira parte, explicando a relação das macrovariáveis socioeconômicas bem como o esforço do governo em suas políticas sociais com os homicídios no Nordeste. A quarta parte destina-se a analisar o principal argumento do trabalho: o papel das instituições coercitivas<sup>5</sup> no controle da violência homicida. Por fim, as conclusões e considerações finais.

4 Baseio-me na concepção de Robert Behn (1998) sobre *Accountability Democrática*, definida como modelo de gestão responsiva, onde: os resultados que as instituições devem cumprir, bem como a quem deve ser cobrado os resultados, estão atrelados as demandas dos eleitores/cidadãos que cobram pelo serviço público de qualidade. No caso aqui em específico, a segurança pública.

5 As instituições coercitivas: Polícias, Ministério Público, Judiciário e Sistema Carcerário.

## 2. DINÂMICA DOS HOMICÍDIOS NO NORDESTE BRASILEIRO

Os homicídios, como indicador de violência no Brasil, vêm crescendo de forma linear desde o início da década de oitenta. A média de incremento das taxas de homicídios sobre a população total no país foi de aproximadamente 6% ao ano até 2002 (CERQUEIRA, 2003). A tendência de queda nos números absolutos dos últimos quatro anos da série histórica (1996-2008) pode ser reflexo da redução nos indicadores de homicídio de São Paulo<sup>6</sup> (NÓBREGA JÚNIOR, ROCHA e SANTOS, 2009) e do estatuto do desarmamento (SOARES, 2008).

Em 1980, 13.910 pessoas foram assassinadas no Brasil (SIM/DATASUS). Esse número mais que dobrou em 1990, chegando a 31.989 homicídios. Em 2003, chegou a 51.043, um crescimento refletido no avanço da taxa, que praticamente triplicou. Em 1980 a taxa de homicídio foi de 11,7 por 100 mil habitantes, em 2003, esta alcançou 29 homicídios por 100 mil habitantes.

A região que apresenta o maior impacto é a Nordeste. De 1996, com 8.119 mortes, a 2008, com 16.729 mortes, o incremento percentual nos números absolutos ultrapassou os 100% nessa série histórica. Afora os anos de 1998, 1999 e 2004, todos os outros apresentaram crescimento.

Conforme pode ser averiguado na tabela abaixo, as regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste e o Distrito Federal apresentam taxas de homicídios superiores à nacional. Apenas as regiões Sul e Sudeste apresentam taxas inferiores à da média nacional. Contudo, apenas o Sudeste vem apresentando queda nesses indicadores.

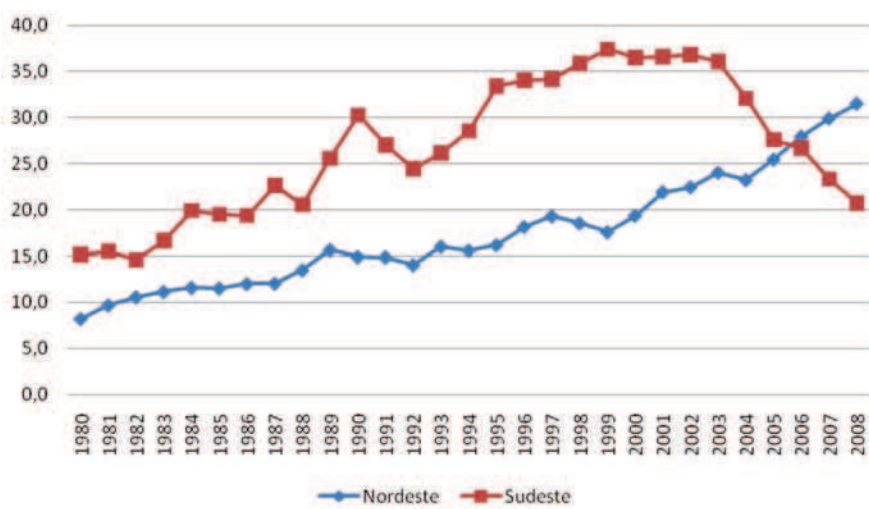
**Tabela 1:**  
**Taxas de homicídios nas Regiões Brasileiras – 2008**

Região Norte	30,9
Região Nordeste	31,5
Região Sudeste	20,5
Região Sul	24,0
Região Centro-Oeste	30,3
Distrito Federal	31,6
Brasil	25,6
Fonte: SIM/DATASUS. Taxas Nóbrega Júnior. (2010)	

<sup>6</sup> Os dados preliminares de 2009 do Datasus apontam para crescimento percentual de 2,54% nas mortes por agressão no Brasil de um ano para o outro. A maioria dos estados nordestinos continua na ascendente, como exemplo tem-se a Bahia que ultrapassou os cinco mil e trezentos assassinatos no ano de 2009. São Paulo, depois de vários anos consecutivos de queda, teve crescimento de 3.36% em 2009 em relação a 2008.

O Sudeste demonstrou inflexão nas suas taxas por anos consecutivos, o que fez do Nordeste a região mais violenta do país a partir do ano de 2006, conforme pode ser avaliado no gráfico abaixo.

**Gráfico 1:**  
Taxas de Mortes por Agressão – Nordeste e Sudeste – 1980 a 2008



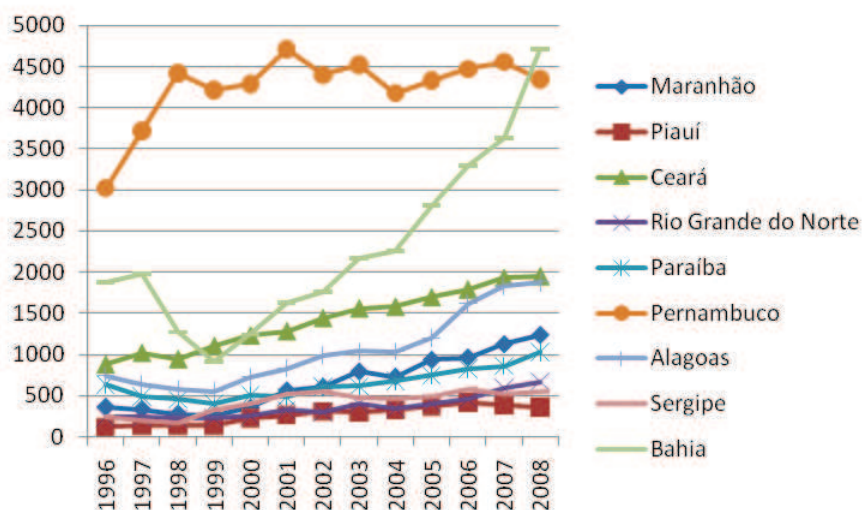
Fonte: SIM/MS. Cálculo das Taxas: Nóbrega Júnior. (2009)

No Nordeste as taxas no início da década de 1980 eram menores que 10 por cem mil, taxa esta admitida como suportável pela Organização Mundial de Saúde (OMS) e pelas Nações Unidas. Ou seja, menos de dez homicídios por cada grupo de cem mil habitantes. O gráfico acima demonstra a tendência de crescimento das taxas nos anos posteriores. No final da série, a taxa é de 31,5 homicídios por cem mil habitantes. A região Sudeste segue uma trajetória de fortalecimento das taxas até o ano 2000. A partir daí, a tendência é de queda. No início da série, com 15,2 homicídios por cem mil, chegando em 2000 a 36,5. Não obstante, a redução contínua de suas taxas é visível, chegando ao final da série histórica em destaque com 20,5 homicídios por cem mil habitantes.

Apesar de o crescimento ser a regra no Nordeste, Pernambuco, Alagoas e Bahia se destacam em relação aos outros estados da região. O Nordeste vem apresentando o maior impacto nas mortes desse tipo no país, e esses três estados vêm sendo responsáveis por praticamente 2/3 dos homicídios na região. A Bahia apresenta um nível de crescimento bastante acentuado, sobretudo no último quadriênio da série. Desde o ano 2000, com quedas constantes no período entre

1997 e 1999 que o antecedeu, a dinâmica dos assassinatos vem tendo impacto positivo, sem retração. De 1999, com 913 homicídios, até 2008, com 4.709, o impacto percentual nos números absolutos de assassinatos foi impressionante: 430% de crescimento. Alagoas é outro caso preocupante. Com 1.878 assassinatos em 2008, vem contribuindo com quase 12% das mortes por agressão no Nordeste. Entre 2004 e 2008, foram 843 mortes a mais no computo geral dos homicídios. Quase 100% de aumento em quatro anos. Pernambuco é responsável por quase 30% das mortes por agressão na mesma área. Desde 2004, os indicadores mostram crescimento constante nesse estado. Em 2004, com 4.174 mortes desse tipo, e em 2007, com 4.556 assassinatos, o que corresponde a um crescimento percentual de 9% nos números absolutos. Em 2008, depois de três anos de crescimento, houve queda de 4,6%, com 211 mortes a menos em relação ao ano de 2007. Em 2009, com dados preliminares disponíveis no Datasus, Pernambuco apresentou 3.901 assassinatos, com uma redução percentual de 11,38% em relação ao ano de 2008.

**Gráfico 2:**  
Mortes por agressão em números absolutos 1996 a 2008 – Estados Nordestinos



Fonte: SIM/DataSUS (2009)

Apesar da proporção dominante desses três estados nos números, outros estados nordestinos apresentaram crescimentos significativos. No Ceará, os números de homicídio cresceram significativamente: em 1996 os números absolutos cresceram de forma contínua até o final da série histórica, chegando a praticamente dobrar os números em 2008. Em 1996, houve 881 assassinatos e em 2008 esse dado saltou para 1.954, sem nenhum ano de retração. Em suma, houve

um crescimento aproximado de 122% na série histórica nos números absolutos de homicídios nesse estado. E os outros estados seguem lógica semelhante: Maranhão, em 1996, ocorreu 362 assassinatos, com poucos anos de retração, até se chegar ao patamar de 1.239 mortes desse tipo em 2008. Ou seja, houve um incremento percentual na ordem de 242%. Piauí: crescimento de 203%. Em 1996, foram computados 117 assassinatos, evoluindo até 2008, com mais 237 pessoas vitimadas, ou seja, um total de 354 homicídios. Rio Grande do Norte: crescimento de 178%. Entre 1996, com 240 assassinatos computados, e 2008, com 669 homicídios catalogados, houve um aumento do número de pessoas assassinadas no estado de mais 429 indivíduos. Sergipe: crescimento na ordem de 134% nos números absolutos de homicídios. Em 1996, foram 238 pessoas vitimadas, e em 2008 houve 554 homicídios a mais, ou seja, 792 homicídios. Paraíba: em 1996, ocorreram 636 assassinatos, que, em relação a 2008, que computou 1.027 homicídios, registrou 391 mortes a menos. Ou seja, o incremento percentual foi na ordem dos 60%<sup>7</sup>.

Depois de contemplados os dados agregados para a região Nordeste, utilizarei como *proxy* para o Nordeste o estado de Pernambuco. Além da preocupação em analisar a dinâmica quantitativa dos homicídios nesse estado, outras variáveis (independentes) serão analisadas em relação aos homicídios: faixa etária, gênero, raça/etnia, escolaridade e estado civil. Essas microvariáveis categóricas são importantes, pois predizem muitas questões importantes em torno dos grupos mais vitimados pelas mortes por agressão e a análise demonstra a relação real com a variável dependente (homicídios). Analisar o impacto de cada variável dessas nas mortes por agressão (homicídios), avaliando a relação de causalidade entre elas, é de fundamental importância.

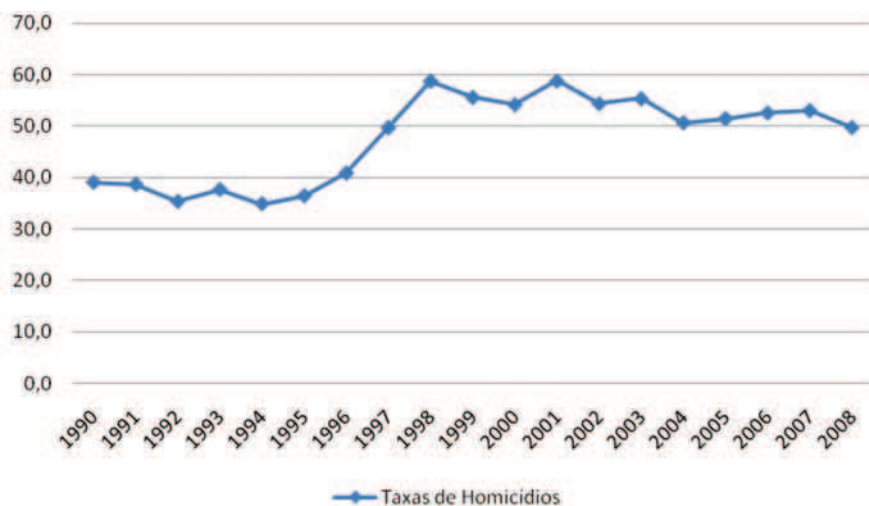
## **2.1. OS HOMICÍDIOS EM PERNAMBUCO: A DINÂMICA DAS MORTES LETAIS INTENCIONAIS**

O estado de Pernambuco vem demonstrando impacto significativo nos indicadores de violência no Brasil nos últimos 11 anos. Está entre os primeiros do ranking nacional, apresentando altas taxas de homicídios. Desde 1998 vem tendo uma média de mais de 4.400 mortes por agressão computadas nos dois bancos de dados disponíveis: o SIM e o Infopol/SDS (PE). Aqui será desenvolvida a dinâmica e análise das variáveis independentes (faixa etária, arma de fogo, etc.) de mortes por agressão (homicídios) para Pernambuco, tendo como referência empírica o SIM<sup>8</sup>.

<sup>7</sup> As causas para o crescimento da violência homicida no Nordeste devem ser analisadas pontualmente em cada estado, por região de desenvolvimento e municípios conforme seu porte populacional. Conhecer as limitações institucionais, as relações socioeconômicas e outras possíveis relações causais são de fundamental importância para avaliar as causas do crescimento da violência homicida no Nordeste.

<sup>8</sup> As mortes por agressão são computadas por residência e não por local de ocorrência.

Gráfico 3:  
Taxas das Mortes por Agressão em Pernambuco – 1990 a 2008



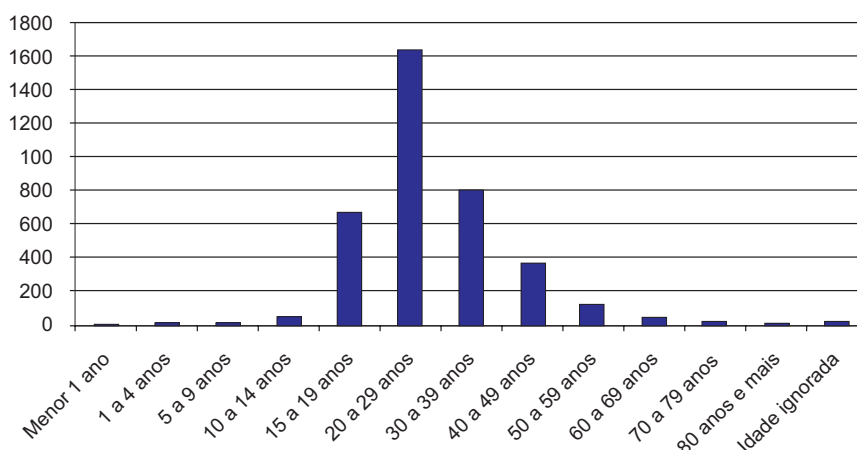
Fonte: SIM/MS (2010)

Entre 1990 e 1993, há queda nas taxas de homicídios em Pernambuco. Em 1994, a taxa sai do patamar de 37,6 homicídios por cem mil habitantes do ano anterior e cai para 36,4. O período crítico engloba os anos de 1994 a 1998. O estado apresenta uma “explosão” nas taxas de homicídios por cem mil habitantes. Estas saltam de 34,9 para 58,9 entre os anos de 1994 e 1998, quase dobrando as taxas de homicídios no estado. De 1998 a 2008, Pernambuco apresenta uma tendência à estabilidade, como pode ser visto no gráfico acima. Não obstante, a média de mais de 4.400 mortes, com as taxas oscilando entre os 50 e 60 por cem mil, nos últimos dez anos (1998 a 2008), é preocupante<sup>9</sup>.

Sabe-se que a maioria dessas mortes tem fortíssima relação com a disponibilidade de armas de fogo (SOARES, 2008). Portanto, é de fundamental importância avaliar o impacto dessa variável nas mortes por agressão.

<sup>9</sup> Não obstante, os dados preliminares apontam para decréscimo entre 2007 e 2009 o que pode ser explicado pelas políticas públicas de segurança do atual governo (NÓBREGA JÚNIOR, 2010).

**Gráfico 4:**  
**Pernambuco: mortes por agressão por arma de fogo por faixa etária – 2007**



Fonte: SIM/MS (2010)

O gráfico acima demonstra a significativa relação entre mortes por agressão/homicídios provocadas por arma de fogo e a faixa etária. É visível que entre 1 e 14 anos de idade tal impacto é insignificante. Portanto, a partir dos 15 anos a vitimização por arma de fogo é crescente. O grupo de maior risco está entre os 15 e 39 anos de idade, com destaque para o de 20 a 29. Para 2007, por exemplo, foram 1.638 mortes no grupo dos 20 aos 29 anos de idade, correspondendo a 44% do total das vítimas assassinadas por arma de fogo (de um total de 3.706 mortes registradas no período). No mesmo ano, foram 4.556 pessoas assassinadas, das quais mais de 80% foram vitimadas por arma de fogo.

Os homicídios provocados por objetos cortantes ou penetrantes correspondem a pouco mais de 10% do total de mortes por agressão no estado, demonstrando ser fator importante, pois os números absolutos de pessoas mortas por objetos com tais características são altos. Por exemplo, os anos de 1998, com 521 mortes desse tipo, 2004 com 469 e 2006 com 473, foram responsáveis por 10% a 12% do total dos homicídios do estado (SIM/DATASUS, 2008).

Os números de mortes por meio de objetos contundentes são relativamente altos. Correspondem a aproximadamente 5% do total de mortes por agressão em Pernambuco e vêm sofrendo um incremento bastante significativo nos últimos anos. O período de 2002 a 2005 é significativo para o crescimento desse tipo de agressão, quando resulta em óbito da vítima. Houve uma pequena queda, em 2006, mas ainda assim as mortes superaram as 270 vítimas. Pode



haver alguma relação com o Estatuto do Desarmamento, que vem retirando armas de fogo de circulação desde 2003, talvez implicando um incremento maior da utilização de outras formas de “armas” (objetos cortantes, penetrantes ou contundentes)<sup>10</sup>. Objetos cortantes/penetrantes e/ou contundentes foram utilizados em agressões que resultaram em óbito da vítima em média de 15% dos homicídios em Pernambuco (SIM/DATASUS, 2008).

Os homens são os mais vitimados. A média de homicídios masculinos para o período de 1996-2007 foi de 3.953 assassinatos. Contudo, não é de desprezar a violência contra a mulher, que tem a média de 278 mortes para a série temporal de 1996 a 2007. O sexo masculino corresponde em média a 90% dos casos de vítimas de agressão. As mulheres ficam em torno de 8% a 10% dos casos (NÓBREGA JÚNIOR, 2009a).

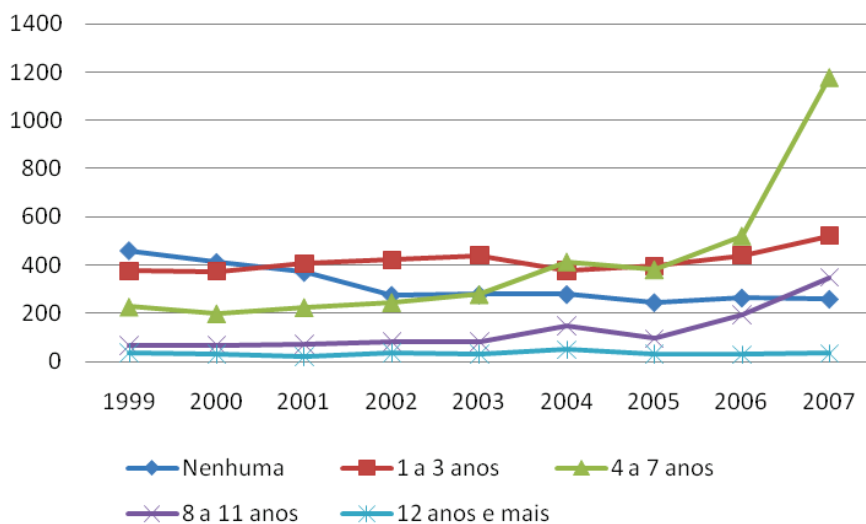
A relação da cor parda/preta (negros) com as mortes por agressão é significativa. Para reforçar essa afirmação, a taxa de pardo/preto para o ano de 2000 foi de 69 homicídios por cem mil habitantes dessas categorias, enquanto a população total teve uma taxa de 54,2 (NÓBREGA JÚNIOR, 2009a, p. 245). Avaliando-se os dados de 2006, vê-se que, em termos de números absolutos, os pardos e pretos (negros) são vitimados em 84,5% dos óbitos por agressão. Em segundo lugar vem a etnia/cor de pele branca, com 8,5%. Em terceiro, a etnia/cor de pele preta, com 2% dos casos (2006). E as etnias/cor de pele amarela e indígena apresentam diminutos impactos.

Escolaridade é outra variável independente importante nos estudos sobre os homicídios. Analisando-se o gráfico abaixo, observa-se que houve menos vitimização por homicídios quando se tem mais de 12 anos de estudo. Entre 8 e 11 anos de escolaridade a vitimização apresenta certa estabilidade até o ano de 2005. A partir daí, inicia-se uma tendência de crescimento – com exceção de 2005 – nos anos subsequentes da série histórica. No início da série, em 1999, 67 pessoas foram assassinadas com grau de escolaridade entre 8 e 11 anos. Em 2007, final do período analisado, foram computados 349 assassinatos, ou seja, mais de 500% de incremento na série temporal para aqueles que possuem entre 8 e 11 anos de escolaridade.

---

<sup>10</sup> Soares (2008) e Waiselfisz (2008) também sugerem esta relação, o primeiro destacando os estados de São Paulo e Rio de Janeiro. Contudo, sem comprovação empírica para transformar a sugestão em relação causal.

**Gráfico 5:**  
Pernambuco: óbitos por agressão e anos de estudo – 1999 a 2007



Fonte: SIM/MS (2010)

Os níveis entre 4 e 7 anos de escolaridade vêm em terceiro lugar como o grupo mais vitimado até o ano de 2003, quando praticamente se nivela com as vítimas com nenhuma escolaridade. A partir de 2001, há uma tendência contínua de crescimento de mortes por agressão de pessoas que possuem entre 4 e 7 anos de estudo, destacando-se os anos entre 2004 e 2007, quando os homicídios tiveram um aumento de 284% nesta categoria de escolaridade. Em suma, pode-se concluir que a baixa escolaridade tem uma significativa relação/associação com os homicídios em Pernambuco<sup>11</sup>.

Já no que tange ao estado civil, os solteiros são bem mais vitimados que os casados e estes são mais atingidos que os viúvos. Os separados judicialmente são também menos atingidos. A título de exemplo, no ano de 2006, 64% dos vitimados eram solteiros; 12% dos casos eram casados; e viúvos, separados judicialmente e outros corresponderam a 22% dos casos em termos de números absolutos (SIM/DATASUS, 2008).

Em Pernambuco, a idade média de nupcialidade é de 30 anos entre os homens e de 26,3 anos entre as mulheres (IBGE, 2003), apontando para um fator etário importante: os homens jovens solteiros são mais atingidos e o grupo mais

<sup>11</sup> O gráfico inicia-se em 1999 porque em anos anteriores mostram-se ausentes dados para as variáveis anos de escolaridade de 1 a 3 anos, de 4 a 7 anos e de 8 a 11 anos. De 1999 em diante, a qualidade dos dados vem melhorando, apesar de existir ainda grande quantitativo de dados ignorados de homicídios quanto aos anos de escolaridade. Por exemplo, dos 4.556 assassinatos ocorridos em 2007, 2.212 não tinham sido catalogados pela variável anos de escolaridade no sistema DATASUS.

vitimado está abaixo dos 30 anos de idade e acima dos 15 anos, como foi visto na análise das mortes por agressão versus faixa etária.

## 2.2. ANÁLISE ESPACIAL DOS HOMICÍDIOS EM PERNAMBUCO<sup>12</sup>

A análise espacial é um mecanismo quantitativo bastante eficaz para expor a relação geográfica dos homicídios. Aqui o método tem a tarefa de demonstrar como os homicídios são distribuídos espacialmente no estado de Pernambuco. Abaixo destaco a metodologia utilizada no processo e os principais resultados nos modelos estatísticos.

### 2.2.1. METODOLOGIA

H<sub>1</sub>: a distribuição dos homicídios em Pernambuco é espacialmente dependente.

Para testar a referida hipótese, utilizamos análise espacial para estimar a distribuição da taxa de homicídios em Pernambuco. Wekkes (2004) define análise espacial como *"a quantitative data which explicitly relies on spatial variables in the explanation or prediction of the phenomenon under investigation"*.

O pressuposto básico dos diferentes modelos de análise espacial é o de dependência espacial ou, em sua versão mais técnica, autocorrelação espacial<sup>13</sup>. Esse conceito se baseia na primeira Lei da Geografia, enunciada por Waldo Tobler (1979) em que *"todas as coisas são parecidas, mas coisas mais próximas se parecem mais que coisas mais distantes"*.

Anselin (1989) argumenta que *"in order to interpret what 'near' and 'distant' mean in a particular context, observations on the phenomenon of interest need to be referenced in space, e.g., in terms of points, lines or area units"* (Anselin 1989: 02). Portanto, a autocorrelação pode ser definida como uma situação em que observações espacialmente próximas apresentam valores similares e o objetivo da análise espacial é mensurar adequadamente essa relação. Dessa forma, testamos se a taxa de homicídio em Pernambuco é espacialmente dependente. Para tanto, utilizamos a medida de Moran's I.

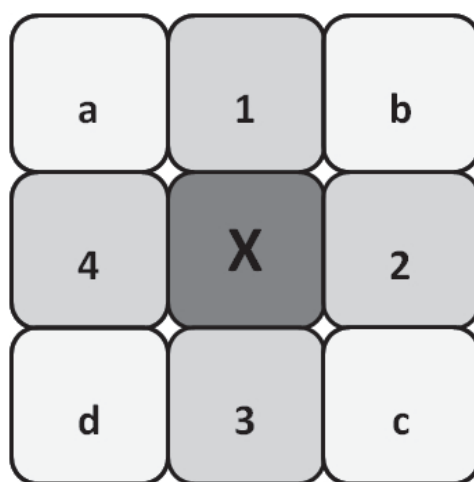
$$I = \frac{N}{\sum_i \sum_j \omega_{ij}} \frac{\sum_i \sum_j \omega_{ij} (X_i - \bar{X})(X_j - \bar{X})}{\sum_i (X_i - \bar{X})^2}$$

<sup>12</sup> Esta seção foi feita em conjunto com os colegas Dalson Brito e Enivaldo Rocha do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UFPE.

<sup>13</sup> According to Geodacenter, *"Spatial autocorrelation (SA) refers to the correlation of a variable with itself in space. It can be positive (spatial clusters for high-high or low-low values) and negative (spatial outliers for high-low or low-high values). Positive spatial autocorrelation exists when high values correlate with high neighboring values or when low values correlate with low neighboring values. Negative spatial autocorrelation exists when high values correlate with low neighboring values and vice versa"* (<http://geodacenter.asu.edu/node/390#sa>). Para os leitores interessados em entender o conceito de autocorrelação espacial ver Goodchild (1987), Griffith (1987) e Odland (1988).

Em que  $N$  representa o número de unidades espaciais relacionadas a  $i$  e  $j$ ,  $X$  e  $\bar{X}$  representam a variável observada e sua respectiva média e  $\omega_{ij}$  representa o peso da matriz espacial. A estatística de Moran  $I$  varia entre -1 e 1. Valores próximos a 1 indicam autocorrelação espacial positiva, valores próximos a -1 indicam autocorrelação espacial negativa e valores próximos a zero significam que a distribuição da variável é espacialmente aleatória. A figura abaixo apresenta uma introdução intuitiva à lógica de análise espacial.

Figura 01:  
Modelo de difusão espacial

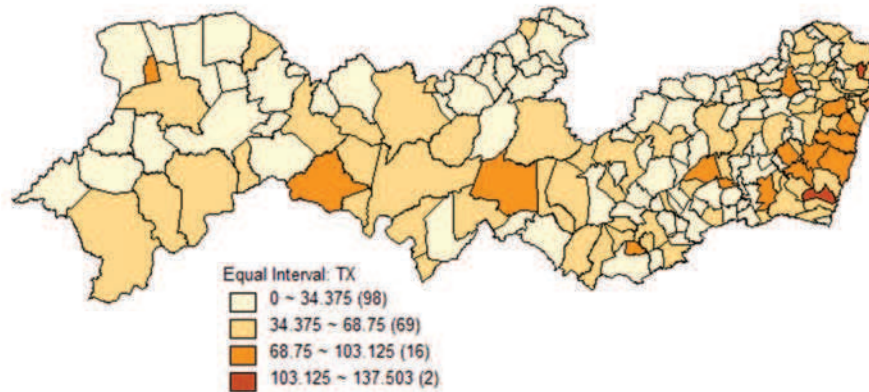


A figura acima ilustra um modelo de difusão que uma unidade espacial  $X$  tem quatro vizinhos: 1, 2, 3 e 4 (unidades número). Espera-se que as unidades vizinhas apresentem maiores níveis de semelhança quando comparadas com as unidades espacialmente mais distantes. Observam-se, nesse sentido, que as unidades  $a$ ,  $b$ ,  $c$  e  $d$  (unidades letras) são mais diferentes da unidade  $X$  quando comparadas com as unidades 1, 2, 3 e 4. O detalhe é que  $X$  tem fronteira com as unidades número, mas é apenas indiretamente relacionado com as unidades letra. Esse é o cerne da noção de dependência espacial: observações espacialmente próximas tendem a apresentar valores mais semelhantes quando comparadas com observações espacialmente mais distantes. A próxima seção apresenta os resultados.

### 2.2.2. RESULTADOS

O primeiro passo é analisar a distribuição espacial dos homicídios em Pernambuco. Para tanto, utilizamos uma mapa cloroplético com quatro intervalos iguais. Ou seja, a diferença da amplitude em cada categoria é a mesma (34,375).

Figura 02:  
Taxa de homicídios em quatro intervalos iguais (PE, 2007)



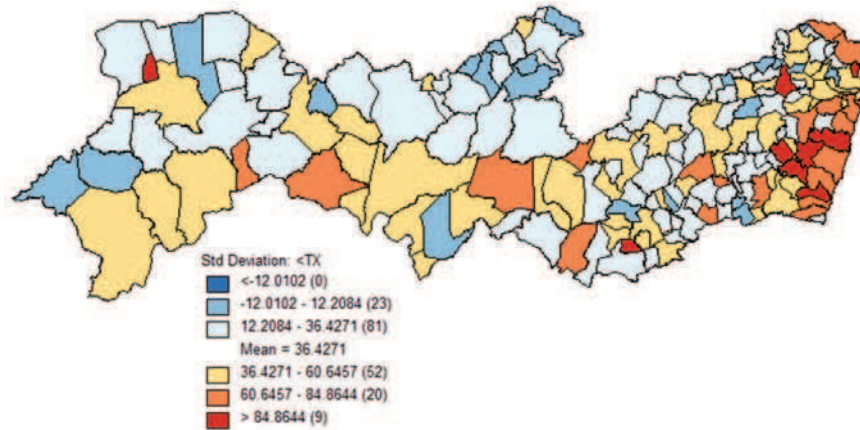
Como pode ser observado, 98 municípios apresentam uma taxa de homicídio entre 0 e 34,375 (teor claro). 69 cidades demonstram taxas entre 34,375 e 68,75 homicídios por 100 mil habitantes (teor menos claro). Para os propósitos desse trabalho, estamos interessados nas regiões comparativamente mais violentas, ou seja, os 16 municípios que apresentaram taxas entre 68,75 e 103,125 (teor escuro) e os dois municípios em que a taxa superou 103,125 (teor mais escuro).

Itapissuma (137,5) foi a cidade mais violenta de Pernambuco em 2007<sup>14</sup>, seguida por Rio Formoso (112,4), Ribeirão (100,4), Amaraji (98,1), Limoeiro (93,8), Trindade (93,5), Escada (90,4), Cabo de Santo Agostinho (87,4), Terezinha (85) e Cupira (79,4) completam o *ranking* dos municípios mais violentos do estado<sup>15</sup>. É interessante notar que há apenas duas cidades (Itapissuma e Cabo) pertencem à Região Metropolitana do Recife (RMR). Em termos substantivos, esses achados sugerem dois cenários que não são excludentes: a) a violência sofreu um processo de interiorização e b) a redução da criminalidade no estado se concentrou na RMR, o que fez os municípios do interior despontarem como mais violentos. Sendo assim, é interessante apresentar um mapa que ilustre mais facilmente onde se mata mais, vejamos.

<sup>14</sup> O ano do georeferenciamento foi o de 2007 por constar todos os dados dos municípios no sistema DATASUS.

<sup>15</sup> Aqui não foi considerado o porte populacional dos municípios, levando-se em consideração apenas o cálculo das taxas de homicídios por cem mil habitantes. Todavia, é de fundamental importância analisar a violência homicida comparando os municípios de acordo com suas idiosincrasias, como o tamanho da população, o desempenho econômico e o desenvolvimento social.

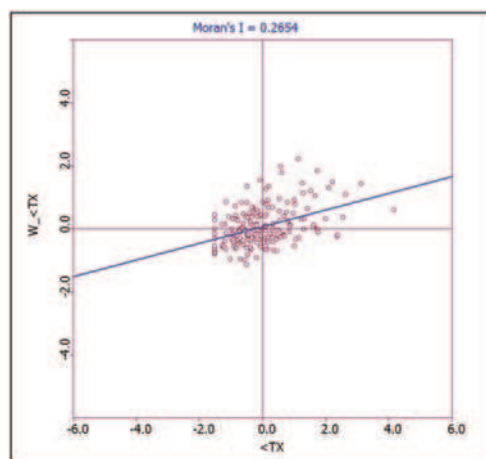
**Figura 03:**  
Taxa de homicídios em desvio padrão (PE, 2007)



O mapa acima ilustra a distribuição da taxa de homicídios em termos de desvio padrão<sup>16</sup>. Ou seja, em termos da distância em relação a média (36,4271). Quanto mais azul, mais abaixo da média, menos violência. Quanto mais vermelho, mais acima da média, mais mortes.

O próximo passo é analisar a distribuição dos homicídios em Pernambuco, considerando a dimensão espacial das ocorrências. O gráfico de dispersão abaixo sumariza essas informações.

**Gráfico 06:**  
Dispersão da taxa de homicídios por município (PE, 2007)



<sup>16</sup> O desvio padrão é uma medida de dispersão dos valores em torno da média. Quanto maior o seu valor, maior é o grau de heterogeneidade dos casos vis-à-vis o valor da média. Quanto menor, mais homogênea é a distribuição dos casos em torno do termo médio.

O eixo X representa a taxa de homicídios por 100 habitantes em 2007. O eixo Y representa essa mesma variável defasada no espaço<sup>17</sup>. Como pode ser observado, existe uma correlação positiva (0,2654), isso quer dizer que municípios espacialmente próximos tendem a apresentar taxas similares. Após 99 permutações observamos um *p-valor* de 0,01, o que significa dizer que a chance de se estar errado ao acreditar na dependência espacial das observações é menor do que 1%. Em termos de políticas públicas, nossos achados sugerem que a intervenção deve ser realizada focalmente, privilegiando as localidades mais violentas.

### 2.2.3. ESTATÍSTICA DESCRITIVA

N	mínimo	máximo	média	Desvio padrão
183	0	137,5	36,514	24,1513

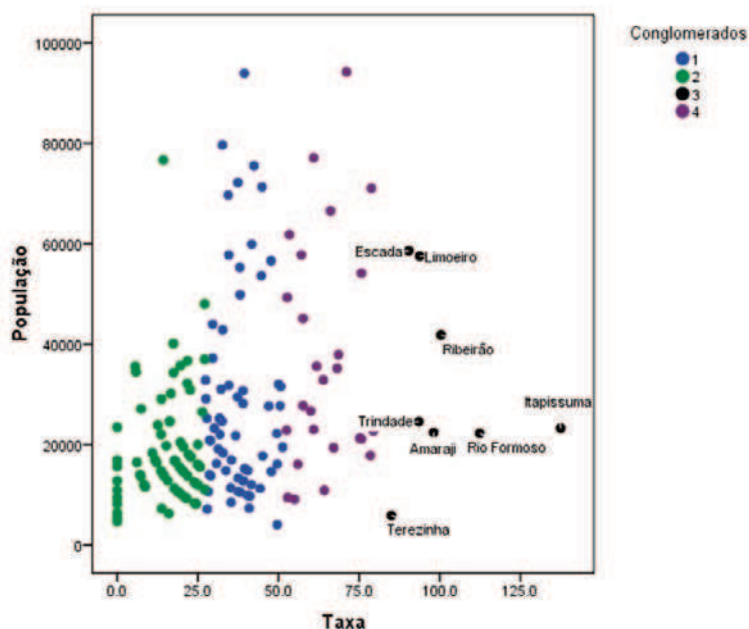
De acordo com os dados, a menor taxa de homicídios registrada no estado de Pernambuco em 2007 foi de 0. Em particular, tem-se 10 municípios em que nenhuma pessoa teve sua vida ceifada, são eles: Camutanga (pop. = 8.154), Dormentes (15.640), Ingazeira (4.685), Jaqueira (12.788), Machados (10.904), Orobó (23.432), Quixabá (6.355), Solidão (5.321), Tacaratu (16.877) e Verdejante (9.449). Uma interpretação mais otimista sugere que esses municípios estiveram livres de eventos violentos envolvendo vidas humanas. A exceção de Orobó, nenhum dos municípios listados apresenta população superior a 20.000. Itacuruba apresentou uma taxa de 49,6 e tem uma população de 4.035, da mesma forma Terezinha apresentou uma taxa de 85 e tem uma população de 5.897. Dessa forma, uma outra interpretação sugere que os órgãos públicos foram incapazes de catalogar os eventos ocorridos<sup>18</sup>.

Por fim, conduzimos uma análise de *cluster* (conglomerados). O objetivo é duplo: em primeiro lugar, procuramos validar a dimensão espacial da violência. Em segundo lugar, queremos identificar o grau de semelhança entre os municípios pernambucanos no que diz respeito aos homicídios. O gráfico abaixo ilustra esses dados.

<sup>17</sup> Em um primeiro momento utilizamos como técnica de contigüidade a matriz hook. Depois disso, utilizamos a técnica Queen. Em ambas as situações o valor do Moran's I foi positivo e bastante similar.

<sup>18</sup> Existe uma correlação positiva (0,23) entre o tamanho de população e a taxa de homicídios ( $p < 0,002$ ). Isso quer dizer que, em média, municípios mais populosos tendem a apresentar maiores taxas de homicídios quando comparados com aqueles menos populosos.

Gráfico 07:  
Conglomerados de homicídios por município (PE, 2007)



O conglomerado dois (*círculos verdes*) ilustra os municípios que tem, comparativamente, pouca população e taxas reduzidas de homicídio, sendo a exceção Santa Cruz do Capibaribe que tem uma população maior (76.674), mas a taxa não ultrapassa 25 (limite), 14,3 para ser mais exato. O conglomerado dois (*círculos azuis*) é mais heterogêneo, pois agrupa tanto municípios pequenos quanto cidades mais populosas. Em comum apresentam uma taxa de homicídios entre 25 e 50. O conglomerado três (*círculos pretos*) é aquele que agrupa as cidades mais violentas. Coincidentemente, 8 delas integram o ranking dos 10 mais violentos. Em termos estatísticos, isso quer dizer que uma redução em qualquer desses municípios produzirá um efeito agregado mais eficiente. Menos tecnicamente, atacar a violência dos municípios que integram o terceiro conglomerado significa reduzir, de forma substancial, as taxas de homicídio do estado.

### 3. AS RELAÇÕES DAS MACROVARIÁVEIS SOCIOECONÔMICAS, DOS PROJETOS SOCIAIS COM OS HOMICÍDIOS NO NORDESTE

Depois de analisada a dinâmica dos homicídios no Nordeste, averiguar-se-á o impacto de algumas macrovariáveis socioeconômicas bem como o esforço do governo em projetos sociais que buscam arrefecer a desigualdade e a pobreza e suas relações com os homicídios nesta região.



### 3.1. A QUEDA DA DESIGUALDADE E DA POBREZA E A RELAÇÃO COM OS HOMICÍDIOS NO NORDESTE

Boa parte da literatura nacional e internacional que trabalha a questão da violência associa a desigualdade e a pobreza como fatores causais fundamentais. Alguns trabalhos importantes apontam para relação entre desigualdade/pobreza com a criminalidade violenta (BEATO e REIS, 2000; CERQUEIRA, LOBÃO e CARVALHO, 2007). Mas, quando o foco da análise é o homicídio na região Nordeste, o resultado contradiz a teoria.

Entre 2001 e 2008 a desigualdade de renda declinou substancialmente no Brasil, e de forma contínua, alcançando neste último ano o menor nível das últimas três décadas. Entre 2002 e 2008 a redução da pobreza foi expressiva. Em 2002 era de 32,9% o percentual de pobres em seis regiões metropolitanas do Brasil, em 2008 esse dado foi de 24,1%<sup>19</sup>.

Além de relevante por si só, essa desconcentração teve consequências expressivas sobre a pobreza e a extrema pobreza no País. A despeito do lento crescimento econômico, a extrema pobreza declinou a uma taxa seis vezes mais acelerada que a requerida pela primeira meta do primeiro objetivo de desenvolvimento do milênio (Barros *et al*, 2006: p. 09).

As políticas de distribuição de renda do governo, como as pensões e as aposentadorias, o Benefício de Prestação Continuada (BPC) e o Programa Bolsa Família<sup>20</sup> (PBF), foram fundamentais para a queda da desigualdade e a melhoria na condição de vida das pessoas (Barros *et al*, 2006).

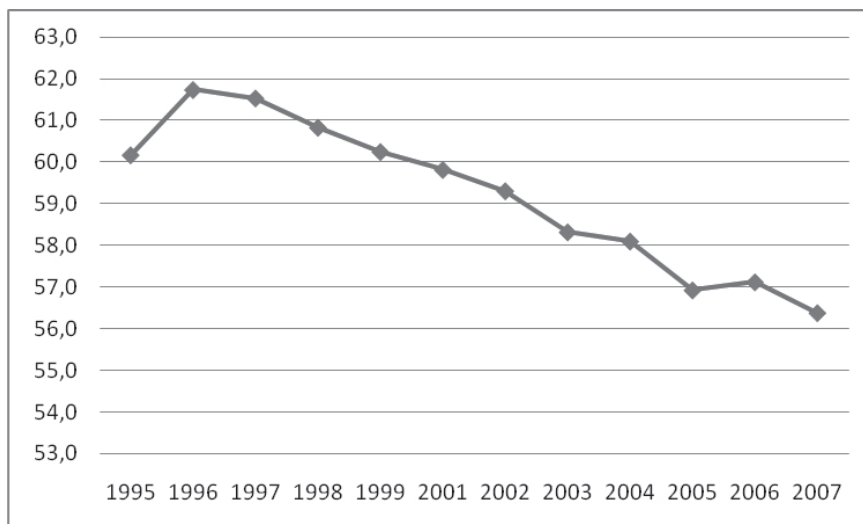
A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) demonstrou que, de 1995 a 2005, houve uma tendência à queda na desigualdade de rendimento domiciliar *per capita* (RDPC), onde a partir de 2001 este decréscimo se mostrou mais relevante. O índice de Gini da distribuição do rendimento domiciliar *per capita* (RDPC) caiu de 0,594 em 2001 para 0,566 em 2005. Essa redução de 2,8 pontos percentuais em quatro anos pode parecer pequena, mas cabe assinalar que o valor absoluto de sua intensidade anual é semelhante ao do crescimento de oito pontos percentuais do índice de Gini do rendimento mensal total de pessoas economicamente ativas com rendimento positivo (PEA) no Brasil, na década de 1960, que mereceu grande destaque na literatura sobre distribuição de renda e no debate político (NÓBREGA JR., 2009a: p. 78).

19 Pesquisa Mensal de Emprego do IBGE. Fonte da pesquisa "Pobreza e Riqueza no Brasil Metropolitano" IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. N. 7, Agosto de 2008. As seis regiões metropolitanas do estudo: Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre.

20 O Bolsa Família resultou de uma fusão do Bolsa Escola e outros três pequenos programas de Transferência Condicional de Renda (CCTs) em 2003, eles: FUNDEF (Fundo Nacional de Desenvolvimento do Ensino Fundamental), rebatizado como FUNDEB (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica); inovações preventivas em saúde com os programas PSF e PACS (Plano de Saúde da Família e Programa de Agentes Comunitários da Saúde, respectivamente).

O indicador de Gini mostra relevante queda em anos consecutivos na região Nordeste:

**Gráfico 08:**  
**Gini do Nordeste entre 1995 e 2007**



Fonte: Microdados da Pnad (IBGE).

Outros indicadores de desigualdade confirmam essa tendência. A percentagem da renda apropriada pelos 10% mais ricos caiu de 47,2% em 2001 para 45% em 2005, ao mesmo tempo em que a percentagem da renda total recebida pelos 5% mais ricos caiu de 33,8% para 32%. Em 2001 a percentagem da renda total apropriada pelo 1% mais rico (13,8%) ainda era maior do que a percentagem da renda apropriada pelos 50% mais pobres (12,7%). A situação inverteu-se em 2005, ficando 12,9% para o centésimo mais rico e 14,2% para a metade mais pobre (Hoffmann, 2006: 96-97).

Na Região Nordeste o índice de renda das pessoas que se apropriam da renda equivalente ao 1% mais rico sofreu uma redução de aproximadamente cinco pontos percentuais entre os anos de 2001 e 2005, como se observa na tabela abaixo:

**Tabela 2:**  
**Renda apropriada 1% mais rico – Região Nordeste**

	2001	2002	2003	2004	2005
Região Nordeste	30,50	30,50	28,34	27,29	25,25

Fonte: IPEADATA

A redução de domicílios pobres na Região Nordeste foi constante entre 2001 e 2005. Podemos perceber que houve um decréscimo de cinco pontos percentuais em relação à pobreza neste indicador:

**Tabela 3:**  
**Pobreza – domicílios pobres (%) – Região Nordeste**

	2001	2002	2003	2004	2005
Região Nordeste	0,51	0,50	0,51	0,49	0,44

Fonte: IPEADATA.

Em todos os estados do Nordeste houve uma redução dos domicílios pobres, indicador importante para análise do crescimento ou decréscimo da pobreza. Como podemos observar na tabela abaixo, o Nordeste passou a ter menos domicílios pobres.

**Tabela 4:**  
**Pobreza – domicílios pobres (%) – Nordeste**

Estados	2001	2002	2003	2004	2005
Alagoas	0,56	0,57	0,58	0,55	0,51
Bahia	0,50	0,48	0,50	0,45	0,42
Ceará	0,49	0,47	0,48	0,48	0,43
Maranhão	0,56	0,56	0,58	0,56	0,50
Paraíba	0,54	0,49	0,48	0,48	0,42
Pernambuco	0,51	0,50	0,53	0,51	0,47
Piauí	0,53	0,54	0,53	0,52	0,49
Rio Grande do Norte	0,45	0,44	0,48	0,44	0,39
Sergipe	0,46	0,42	0,42	0,38	0,37

Fonte: IPEADATA.

Já em relação aos homicídios, no período de 2001 a 2005, houve crescimento significativo desse tipo de violência em todos os estados, inclusive naqueles mais pobres, onde houve melhoria em alguns importantes indicadores socioeconômicos.

No Piauí, por exemplo, apesar da melhoria de seu índice socioeconômico, houve incremento nos homicídios. A taxa de homicídios foi de nove por cem mil habitantes em 2001, esta cresceu continuamente até alcançar mais de 12 homicídios por cem mil em 2005 (SIM/MS). Se formos apontar uma relação entre os indicadores socioeconômicos e os homicídios, esta foi inversa.

**Tabela 5:**  
**Números Absolutos de Homicídios na Região Nordeste e Estados – 2001 a 2005**

	2001	2002	2003	2004	2005
Região Nordeste	10592	10965	11861	11581	12986
Maranhão	562	606	792	729	935
Piauí	262	308	298	327	368
Ceará	1284	1444	1562	1582	1697
Rio Grande do Norte	322	299	405	344	406
Paraíba	484	607	615	675	745
Pernambuco	4709	4396	4517	4174	4329
Alagoas	830	991	1039	1035	1203
Sergipe	517	555	469	454	487
Bahia	1622	1759	2164	2261	2816

Fonte: SIM/DATASUS.

Independentemente das melhorias nos indicadores apontados nesta seção, percebe-se claramente que os homicídios vêm percorrendo caminho inverso no Nordeste. Os homicídios crescem sem relação com a diminuição da pobreza e da desigualdade de renda.

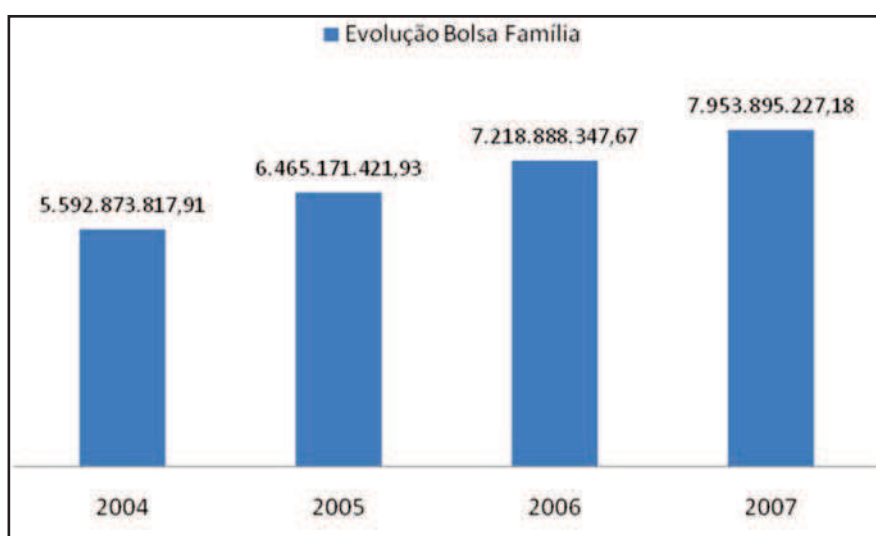
### **3.1.1. O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E SUA RELAÇÃO COM OS HOMICÍDIOS**

Desde a implantação do Programa Bolsa Família (PBF) em 2003 os seus investimentos são crescentes, resultando em um crescimento médio de 12,46% em 2006. Em relação aos investimentos nos serviços sociais básicos e universais, nos três primeiros anos (entre 2003 e 2005) do *Bolsa Família* houve uma taxa de crescimento em investimentos na ordem de 103,64%. O aumento dos gastos sociais arrefeceu a desigualdade e a pobreza dimensionando o papel do Programa Bolsa Família.

A partir da unificação dos programas de transferência de renda existentes para o Programa Bolsa Família em 2003, o incentivo a essa política de transferência de renda aumentou em quase 20% a participação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS).

Em 2004 os gastos federais no programa ultrapassaram os R\$ 5 bilhões e quinhentos milhões de reais, já em 2007 esses gastos superaram o nível dos R\$ 7 bi (Cf. Gráfico 9). Em comparação ao crescimento da taxa média da economia nacional para o mesmo período, inferior a 5%, tem-se a dimensão do impacto de tal crescimento no gasto com esse programa social. Assim, os gastos com o *Bolsa Família* cresceram duas vezes o nível da economia brasileira.

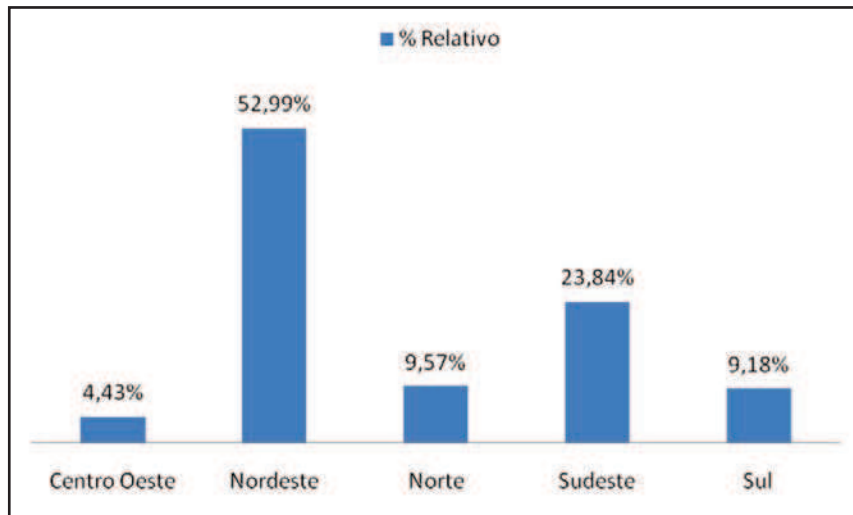
Gráfico 09:  
Evolução das Transferências para o Programa Bolsa Família no Brasil (em R\$)



Fonte: Controladoria Geral da União (CGU).

De acordo com os gastos alocados para o programa percebe-se que a maior participação relativa nesses gastos se dá na região Nordeste, na ordem de 52,99%. A região Sudeste apresenta a segunda maior participação relativa (23,8%). Embora o Sudeste seja a região mais rica do país pela sua diversificada economia, é também a mais populosa, o que resulta numa grande retenção dos recursos do programa. A região Centro Oeste apresentou a menor participação relativa do programa (4,43%), o que pode ser explicado, também, pela variável demográfica sendo a região menos populosa com vazios demográficos densos.

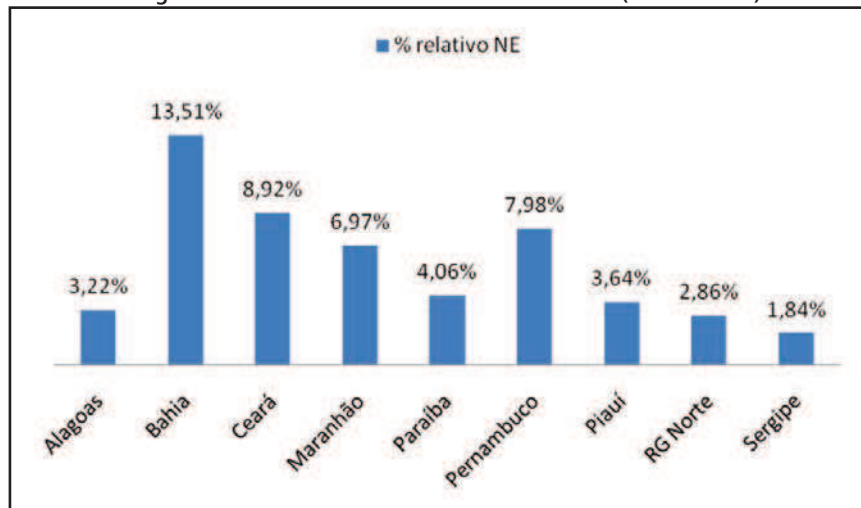
**Gráfico 10:**  
Participação relativa em termos percentuais no Programa Bolsa Família por Região do Brasil (2004 a 2007)



Fonte: Controladoria Geral da União.

A região Nordeste apresentou a seguinte distribuição em termos de investimentos/gastos sociais percentuais relativos no PBF:

**Gráfico 11:**  
Participação relativa em termos percentuais no Programa Bolsa Família nos estados nordestinos (2004 a 2007)



Fonte: Controladoria Geral da União.

A Bahia apresentou o maior investimento (13,51%), seguida do Ceará (7,98%). Pernambuco apresentou o terceiro impacto relativo com 7,98% de investimento, em terceiro lugar. O menor índice de investimento esteve localizado em Sergipe, com 1,84%.

Por outro lado, entre 2004 e 2007 os homicídios cresceram expressivamente na região Nordeste. Foi visto que o maior investimento/gasto relativo do governo esteve focado nessa região, no entanto a violência permaneceu em estado crescente apesar desses investimentos. Por exemplo, a Bahia, que teve o maior investimento/gasto do PBF no Nordeste, apresentou um incremento percentual nos números absolutos de homicídios na ordem de 300% entre 2004 e 2007.

Neste período os homicídios sofreram um incremento de 34% em seus números absolutos na região, saltando de 11.581 assassinatos em 2004 para 15.432 em 2007 (SIM/DATASUS, 2009). Os gastos com o PBF teve um impacto de 53% nos investimentos relativos para o Nordeste com gastos que ultrapassaram os 14 bilhões de reais.

Reforçando a falta de relação/associação entre desigualdade/pobreza com a violência, parece pouco provável que a melhoria estrutural é condicionante para o controle e redução da violência homicida.

#### **4. AS VARIÁVEIS INSTITUCIONAIS E OS HOMICÍDIOS NO NORDESTE**

Parte-se do pressuposto que os indivíduos são atores sociais que buscam maximizar o resultado de suas escolhas. Para a criminologia, caso haja ausência e/ou ineficácia das instituições coercitivas, os indivíduos buscarão agir conforme as oportunidades surgidas por essa ineficácia (BECKER, 1968). Dessa forma, a Teoria da Escolha Racional<sup>21</sup> é útil para explicar os motivos que levam indivíduos a cometerem homicídios. Se aquele que comete o homicídio não é preso, seria vantajoso cometer assassinatos, já que a polícia e o sistema de justiça malogram na inibição deste tipo de crime.

O novo-institucionalismo histórico (HALL e TAYLOR, 2003) é importante como referencial teórico para o entendimento do funcionamento das instituições responsáveis pela segurança pública. Se os indivíduos tendem a não confiarem nessas instituições, toda a sociedade entra numa conjuntura de falta de ação institucional, criando um vácuo institucional onde atores informais/ilícitos passam a ocupar este espaço (ROTHENSTEIN, 2005).

Portanto, quando a falta de confiança se mostra generalizada numa determinada sociedade há, com isso, falta de Capital Social (FUKUYAMA, 2002) que é o lubrificante de toda sociedade, onde a confiança interpessoal e nas instituições é fundamental para o seu eficaz funcionamento, incluindo aí a segurança pública.

<sup>21</sup> Obviamente, desconsideram-se os homicídios praticados por razões passionais.

A combinação de pouco capital social com alta impunidade afeta o comportamento de delinquentes. Estes, sabendo que ao cometerem um assassinato terão altas chances de ficarem impunes, e, na hipótese de serem presos, poderem escapar com facilidade dos presídios, não se sentem constrangidos pelas instituições coercitivas (KATZNELSON & WEINGAST, 2005). Além disso, este quadro institucional ajuda a estruturar estrategicamente o modo como eles formam suas crenças e opiniões sobre como outros delinquentes se comportarão (GREIF, 2006).

Por sua vez, dado que as instituições responsáveis pela punição do delito não funcionam e não tem credibilidade perante a sociedade, tais instituições não são procuradas, como deveriam, pela população<sup>22</sup>. Daí surge um vácuo institucional onde se abre um vasto campo para a formação de novas instituições, informais, que agem contribuindo ainda mais para o crescimento da mortalidade homicida no Brasil. Fechando o ciclo, o baixo capital social encontrado na sociedade brasileira leva a uma falha de ação coletiva, onde o bem público da segurança passa a ser cada vez mais escasso.

Dessa forma, e focando na *performance* institucional, neste capítulo me deterei em aspectos quantitativos/qualitativos das instituições coercitivas<sup>23</sup> apontando para alguns questionamentos importantes e que vem sendo colocado como relevantes na redução da violência, mas que podem ter pouca ou nenhuma relação com os homicídios:

- a. existe relação entre efetivo policial e homicídios na região Nordeste?
- b. existe relação entre crescimento da população carcerária e redução dos homicídios na região Nordeste?
- c. as denúncias abertas pelo Ministério Público de Pernambuco são significantes para efetivar processos que levem a punição de homicidas?

Aqui a hipótese a ser testada é: O papel das instituições coercitivas (*accountability*) é fator determinante para o controle e queda da violência homicida no Nordeste.

#### **4.1. EFETIVOS DAS POLÍCIAS<sup>24</sup> E A RELAÇÃO COM OS HOMICÍDIOS NO NORDESTE**

Há relação entre o crescimento ou decréscimo do efetivo policial e a prática de homicídios no Nordeste? Este é o principal questionamento que venho aqui responder. As tabelas abaixo demonstram o processo evolutivo do efetivo

<sup>22</sup> Daí o surgimento das cifras ocultas da violência, que nada mais é do que a subnotificação dos casos de violência efetivamente ocorridos na sociedade.

<sup>23</sup> As instituições coercitivas: polícias, Ministério Público, Justiça e Sistema Carcerário/Penitenciário.

<sup>24</sup> O total de profissionais dos órgãos estaduais de segurança pública, agregando policiais civis e militares e corpos de bombeiros militares, subiu de 569.798 para 599.973, de 2003 para 2007. Entre as polícias civis, o aumento foi de 115.960 para 123.403 (6,4%); entre as polícias militares, o aumento foi de 390.451 para 412.096 (5,5%); e entre os corpos de bombeiros militares, o aumento foi de 63.387 para 64.474 (1,7%). Tendo como referência o ano de 2007, do total de 599.973 profissionais, 68% são policiais militares, 21% são policiais civis e 11% são bombeiros militares (Ministério da Justiça, 2010).



das polícias civis e militares em cada unidade da federação na região Nordeste entre 2003 e 2006. O cálculo das taxas por cem mil habitantes revela o impacto do efetivo total das duas polícias em relação às populações desses estados.

**Tabela 06:**  
**Efetivo Polícia Militar e taxas por 100 mil habitantes (2003-2006)**  
**Estados Nordestinos**

UF	2003	Taxas	2004	Taxas	2005	Taxas	2006	Taxas
Alagoas	8.047	275,8	7.533	255,6	7.222	239,5	7.384	242,0
Bahia	27.614	205,5	28.680	211,6	28.291	204,8	28.481	204,2
Ceará	12.636	162,9	12.817	163,0	*	*	12.630	153,7
Maranhão	7.148	121,7	6.461	108,7	*	*	6.593	106,6
Paraíba	8.253	234,6	*	*	*	*	9.170	253,1
Pernambuco	18.927	231,9	16.599	201,5	17.172	204,1	16.919	199,0
Piauí	5.768	197,3	*	*	*	*	6.048	199,2
R.G. Norte	10.000	346,2	8.222	281,3	*	*	7.926	260,4
Sergipe	5.067	270,3	4.941	259,6	4.938	250,9	6.204	310,1

Fonte: SENASP/MJ. \* Período não informado. Cálculo das Taxas Nóbrega Jr. (2009).

**Tabela 07:**  
**Efetivo Polícia Civil e taxas por 100 mil habitantes (2003-2006)**  
**Estados Nordestinos**

UF	2003	Taxas	2004	Taxas	2005	Taxas	2006	Taxas
Alagoas	2.247	77,0	2.212	75,0	2.161	71,7	2.129	69,8
Bahia	5.783	43,0	*	*	6.023	43,6	6.386	45,8
Ceará	1.971	25,4	2.310	29,4	*	*	2.172	26,4
Maranhão	1.487	25,3	1.442	24,3	*	*	1.515	24,5
Paraíba	1.191	33,8	*	*	*	*	2.542	70,2
Pernambuco	4.418	54,1	5.184	62,9	5.040	59,9	5.244	61,7
Piauí	1.198	41,0	*	*	*	*	1.365	45,0
R.G. Norte	2.424	83,9	1.329	45,5	1.417	47,2	1.394	45,8
Sergipe	1.124	60,0	*	*	1.234	62,7	1.379	68,9

Fonte: SENASP/MJ. \* Período não informado. Cálculo das Taxas Nóbrega Jr. (2009).

A princípio parece não haver relação entre o efetivo das polícias e os homicídios na região Nordeste devido a oscilação numérica do efetivo. Percebe-se claramente que, independente do crescimento ou decréscimo do efetivo nesse período, as mortes por agressão continuam em ascendência.

Em Pernambuco, por exemplo, em 2003 eram 4.418 policiais civis. Naquele ano foram 4.517 pessoas assassinadas no estado. Em 2004 houve um acréscimo de 766 homens na polícia civil, que ficou com o efetivo de 5.184 policiais. Houve um decréscimo considerável nos números absolutos de mortes por agressão naquele ano, 4.174 mortes, com uma queda de aproximadamente

8%. Contudo, em 2005 houve mais um decréscimo no efetivo da polícia civil, que passou a ter 5.040 homens, com um robustecimento das mortes por agressão num crescimento de mais 155 mortes. Em 2006, o efetivo cresceu mais uma vez em mais ou menos 200 profissionais, computando 5.244 pessoas. Neste ano, houve mais um crescimento dos homicídios em mais 141 mortes. O efetivo da polícia civil não se mostrou determinante nas oscilações dos indicadores de morte por agressão que, independentemente de crescimento ou redução no efetivo, continuaram sendo praticadas com tendência crescente. As taxas por cem mil habitantes de policiais civis ficaram entre 54 e 63 policiais para cada grupo de cem mil na série histórica (2003 a 2006).

A polícia militar no mesmo período, em Pernambuco, mostrou redução em seu efetivo, que já é bem deficitário. Em 2003 eram 18.927 policiais militares e, em 2006, passou para 16.919, ou uma redução de 2.008 homens no efetivo das PMs. Pode-se especular que as mortes violentas crescem em Pernambuco devido ao déficit de policiais militares, estes que tem papel ostensivo, porém não se pode afirmar uma relação de causalidade. No que tange as taxas por cem mil, as polícias militares tem maior impacto, por questão do maior efetivo em relação às polícias civis. As taxas tiveram tendência de queda no período, em 2003 foi de 232 e em 2006 de 199 policiais militares por cada grupo de cem mil habitantes pernambucanos, ou seja, para cada grupo de cem mil pessoas há, em média, 200 policiais militares disponíveis para a segurança dessas pessoas. Já as mortes por agressão foram crescentes no mesmo período. Isto pode levar à relação entre decréscimo do efetivo das PMs em Pernambuco e o crescimento dos homicídios. Contudo, o caso da Bahia parece fragilizar esta inferência.

A Bahia mostra uma relação inversa quanto ao efetivo de policiais civis e militares em relação aos indicadores de morte por agressão. Em 2003 o efetivo das polícias civis era de 5.783 profissionais e o da polícia militar de 27.614. No último ano do período, 2006, eram 6.386 policiais civis – ou um incremento de mais 603 profissionais – e a polícia militar saiu de um efetivo de 27.614 para 28.481 – 867 profissionais a mais – enquanto os homicídios saltaram de 2.164 em 2003 para 3.288 em 2006.

As taxas de policiais civis na Bahia são menores que as de Pernambuco. Para o ano de 2006 foram computados 45,8 policiais civis para cada grupo de cem mil habitantes baianos. Um déficit de policiais civis pode estar atrelado a uma baixa taxa de resolução de crimes. A polícia civil é ator político importante no trabalho de investigação dos delitos e um déficit em seu efetivo pode levar a crescimento nas taxas de homicídios.

As PMs na Bahia demonstram o maior efetivo em números absolutos para a região Nordeste, com 28.481 policiais militares no ano de 2006. Apesar

disso, o número de PMs por grupos de cem mil habitantes não é o mais significativo da região. A média é de 205 policiais militares para cada grupo de cem mil habitantes baianos. Em comparação com Sergipe, que teve uma taxa de 310 policiais militares para cada grupo de cem mil habitantes sergipianos, há um déficit de mais ou menos cem policiais militares para a população nesses termos.

Alagoas é um estado que mostra redução em seu efetivo e crescimento vertiginoso dos números absolutos de mortes por agressão. Há um período de explosão significativa nos números de mortes por agressão em Alagoas (como relatado na seção 1). Neste caso pode existir alguma relação entre a diminuição do efetivo – de policiais civis caiu de 2.247 em 2003 para 2.129 em 2006, e a polícia militar teve um decréscimo de 663 profissionais entre 2003 e 2006 –, mas que não pode ser dimensionada, pois não é perceptível uma relação de causa entre mais efetivo e menos homicídios. No caso de Alagoas, os números mostram que a queda do efetivo pode ser um ponto negativo no combate à violência.

As taxas por cem mil habitantes das polícias civis e militares em Alagoas para o ano de 2006 foi de 70 e 242, respectivamente. Tais taxas demonstram com mais rigor o impacto do efetivo na população. Dessa forma, verifica-se que o efetivo da polícia civil, que apresentou decréscimo nos anos da série estudada, é o maior da região. Isso reforça a hipótese na qual o efetivo das polícias não tem relação com os homicídios<sup>25</sup>.

O Maranhão é um estado pobre e com um efetivo de policiais em declínio quantitativo. Seus números absolutos de mortes por agressão vêm crescendo desde 2001 de forma contínua. Não obstante, existem problemas nesse estado, e também no Piauí, devido a sub-enumeração de dados, que são deficitariamente catalogados (CANO e RIBEIRO, 2007)<sup>26</sup>.

Entre 2003 e 2006 houve um crescimento na ordem de 21,5% nos números absolutos, que saltaram de 792 mortes em 2003 para 963 mortes em 2006 (DATASUS/SIM). No entanto, não tem como inferir se há significativa associação entre o efetivo policial e a variável (dependente) de *homicídios*. Indicadores socioeconômicos melhoraram nos estados nordestinos, não obstante a melhoria da condição econômica gera mais oportunidades de consumo, inclusive de drogas, e crimes ligados ao patrimônio que podem, também, gerar mais oportunidades de práticas delituosas contra a vida, sobretudo quando existem instrumentos coercitivos frágeis. Um déficit do efetivo pode influenciar negativamente no trabalho das instituições coercitivas.

25 O ano de 2007 computou 8.204 policiais militares em Alagoas, ou 820 policiais militares a mais em relação a 2006, o que não foi suficiente para controlar os homicídios. Em 2008, Alagoas bateu o recorde de maior taxa entre os estados da federação, 60 homicídios por cem mil habitantes, a maior entre todos os estados da federação (Ministério da Justiça; 2010 e SIM cálculo das taxas Nóbrega Jr., 2010).

26 "Em algumas regiões do país uma proporção razoável das mortes não é comunicada oficialmente e fica fora dos registros. Esse problema costuma ser maior nas regiões menos desenvolvidas, com destaque para o estados de Piauí e Maranhão" (Cano e Ribeiro, 2007: p.55).

O Maranhão apresenta a menor taxa da região Nordeste quanto ao efetivo da polícia civil, com 24,5 policiais civis para cada grupo de cem mil habitantes em 2006, se repetindo no efetivo das PMs. Existem 106,6 policiais militares para cada cem mil habitantes. De qualquer forma, apesar de ser o menor indicador, e existir problemas de sub-notificação de dados de homicídios, as taxas de homicídio nesse estado é uma das menores do país. Mais uma vez reforçando a hipótese na qual o efetivo policial, apesar de importante, não é variável determinante em relação ao crescimento ou decréscimo das taxas de homicídios.

Na Paraíba houve um incremento em seu efetivo policial. Tanto as polícias civis como as polícias militares tiveram seu efetivo robustecido no período 2003-2006. Em 2003 o efetivo da PC era de 1.191 profissionais, já em 2006 esse número saltou para 2.542, mais que dobrando o efetivo. A PM também teve impacto considerável, com o efetivo saltando de 8.253 profissionais em 2003, para 9.170 em 2006, ou um aumento de quase mil policiais. Não obstante, houve um crescimento considerável de seus números absolutos de homicídios, o que se refletiu nas taxas de homicídios. Em 2003 ocorreram 615 assassinatos no estado e, em 2006, foram 824, que levou a um incremento de 34% nos números absolutos (DATASUS/SIM).

No caso das polícias civis houve um incremento na ordem de aproximadamente 100%. Em 2003 a taxa era de 33,8 policiais civis para cada grupo de cem mil habitantes, com os dados omitidos em 2004 e 2005, em 2006 a taxa saltou para 70,2 policiais, a maior entre os estados nordestinos. Na PM o impacto foi menos expressivo que nas PCs, contudo as taxas saltaram de 234,6 policiais militares por cem mil para 253,1, o segundo maior efetivo proporcional do Nordeste. Não obstante, os homicídios cresceram substancialmente. Ou seja, o crescimento do efetivo não teve relação e/ou associação com a violência homicida na Paraíba. Se houve alguma relação, esta foi negativa ou inversa<sup>27</sup>.

O Piauí foi outro estado que demonstrou crescimento de seu efetivo policial sem impactar na redução da violência homicida. Entre 2003 e 2006 houve um incremento de mais 167 agentes policiais civis e mais 280 policiais militares em seu efetivo policial. Ou um aumento de aproximadamente 10% em policiais civis e 5% de policiais militares. Mesmo assim, os homicídios continuaram crescendo no mesmo período. Em 2003 foram catalogados 298 assassinatos no estado, e em 2006 foram 418, um aumento percentual de 40% nos números absolutos (DATASUS/SIM).

Como foi destacado no caso do Maranhão, o mesmo pode ser colocado para o Piauí. Melhorias econômicas e sociais (estrutura socioeconômica) podem ter relação inversa com os homicídios, ou seja, contribuir para o crescimento das

<sup>27</sup> Repetindo o que aconteceu em Alagoas, em 2007 o efetivo da PM paraibana aumentou em 896 policiais em relação ao ano anterior. Todavia, em 2007 foram 861 assassinatos e no ano seguinte 1.027, ou um aumento percentual de 19,5% nos números absolutos (Ministério da Justiça, 2010 e SIM/DATASUS 2010).

mortes por agressão. Isto em conjunto com um aparato coercitivo frágil, pode fortalecer a violência homicida.

No entanto, no Piauí existiu crescimento do efetivo das polícias sem reflexo na redução dos homicídios que continuaram na ascendente. O Piauí apresenta uma taxa de 45 policiais civis para cada grupo de cem mil habitantes, dados de 2006. Quase o dobro da taxa do Maranhão. O efetivo da PM apresentou, para o mesmo ano de 2006, 199 policiais para cada cem mil habitantes. Apesar de maior impacto que o estado do Maranhão, quase cem homens a mais por cem mil habitantes, as taxas de homicídio nesse estado foram crescentes.

O Rio Grande do Norte foi o estado com maior impacto negativo no efetivo de suas polícias. Entre 2003 e 2006 o quantitativo das polícias civis foi reduzido em mais de mil profissionais. O que revela bem isto foi o impacto visto nas taxas de policiais por cem mil habitantes. Em 2003 a taxa de policiais civis foi de 83,9 agentes para cada cem mil potiguares. Em 2006 essa taxa caiu para 47,2, representando uma queda robusta.

A polícia militar do Rio Grande do Norte teve um decréscimo em seu efetivo em mais de dois mil policiais. Mas, em relação às mortes por agressão, o incremento nos números absolutos foi pequeno. Em 2003 foram 405 mortes por agressão e em 2006 foram 455 assassinatos, com as taxas de homicídios oscilando entre 11,8 em 2004 e 15 por cem mil em 2006. Um incremento de 50 mortes, aproximadamente 10% nos números absolutos (DATASUS/SIM). Isso contribui para o argumento no qual o efetivo policial não é condição suficiente, apesar de necessária, para o controle da violência.

Sergipe, como Bahia, Paraíba e Piauí, demonstrou crescimento do seu efetivo policial e uma relação inversa desse crescimento com as mortes por agressão. Em 2003 o efetivo da polícia civil era de 1.124 profissionais em 2006 saltou para 1.379. Para a polícia militar, em 2003 o quantitativo era de 5.067 e em 2006 foi para 6.204, mais de mil policiais de incremento. No que tange as taxas de PCs e PMs, em 2006 a PC teve uma taxa de 70 homens para cada cem mil e a PM 310 por cem mil habitantes, o maior efetivo por taxa do Nordeste. Apesar de estarem entre os melhores indicadores de efetivo por cem mil habitantes, as taxas de homicídios neste estado são altas e com tendência ao crescimento: 2003, 25; 2004, 23,9; 2005, 24,7; 2006, 29,2 (DATASUS/SIM).

Mais uma vez há uma fraca relação entre crescimento do efetivo policial com os homicídios. Estes apresentam oscilação em um patamar alto independente do incremento no efetivo policial. Em 2003 foram 469 pessoas assassinadas no estado, em 2006, 584, ou um crescimento percentual de 24% nos números absolutos (DATASUS/SIM).

O maior déficit de pessoal da polícia civil *per capita* está na região Nordeste. São 2.139 habitantes para cada policial civil e 509 para cada PM (2006). O que pode ser um problema, pois existem menos policiais civis – que tem a responsabilidade de investigar os casos de assassinatos, bem como fazer a instrução do inquérito e enviar para o Ministério Público – por cidadão que em qualquer outra região do país. E, também, pode enviesar os dados, pois mesmo com o acréscimo de seu efetivo por estado nordestino, ainda há um déficit *per capita* considerável quando comparado em nível nacional.

**Tabela 08:**  
**Número de Habitantes por Profissional**  
**Polícia Civil e Polícia Militar – 2003/2006**

Regiões	Polícia Civil				Polícia Militar			
	2003	2004	2005	2006	2003	2004	2005	2006
Norte	1.367	1.150	647	1.181	422	303	301	289
Nordeste	2.244	2.265	1.903	2.139	477	514	472	509
Centro-Oeste	1.003	1.002	972	972	306	445	281	332
Sudeste	1.320	1.715	1.434	1.329	448	447	455	480
Sul	2.068	1.915	2.013	1.974	566	510	512	515
Brasil	1.550	1.705	1.406	1.504	452	455	430	453

Fonte: SENASP/MJ.

Há uma baixa relação, ou relação inversa em alguns casos, entre efetivo policial e os homicídios para a região Nordeste. Os estados apresentam comportamento parecido nas mortes por agressão, mas os seus efetivos policiais demonstram diferenças consideráveis.

Concluo afirmando que é importante a diminuição do déficit policial nos estados nordestinos, sobretudo da Polícia Civil, mas não é condição suficiente para a redução das mortes por agressão. Contratar mais policiais sem a devida preparação dos mesmos e sem melhorar a estrutura de trabalho (salários e condições de trabalho) em nada adianta o crescimento do efetivo, bem como a estrutura do sistema de justiça criminal nos estados: déficit de investigação policial, incipiência na condução dos processos, leniência do Judiciário, sucateamento do sistema carcerário são “gargalos” fundamentais encontrados no Nordeste.

## 4.2. APRISIONAMENTOS E OS HOMICÍDIOS NO NORDESTE

Echeverry e Partow (1998) desenvolveram um estudo tendo como fim explicar a baixa resposta do sistema policial e judicial ante as altas taxas de violência na Colômbia. De acordo com esses autores, dada a natureza descentralizada das tomadas de decisões por parte das autoridades policiais e judiciais, a resposta das autoridades ante um choque que aumente a taxa de criminalidade dependerá da percepção que tais autoridades tenham da origem do choque. Na Colômbia,

o surgimento e consolidação do narcotráfico, fundamentalmente da cocaína, elevou consideravelmente as taxas de homicídios, pelo que as autoridades de polícia e o poder de justiça não responderam com maior provisão de justiça por que consideravam o fenômeno como não originário de sua jurisdição, enquanto que o mundo todo considerava como sendo um fenômeno internacional.

Do ponto de vista empírico, o trabalho de Echeverry e Partow (1998) se concentra em explicar as diferenças inter-regionais em provisão de justiça tendo como medida a relação entre homicídios e as detenções por homicídios. Utilizaram o modelo de “ilhas” elaborado por Lucas (1976) segundo o qual agentes separados geograficamente podem responder assimetricamente ante choques observados. No caso dos autores em destaque, as respostas das autoridades em cima desse critério, maior punição como reflexo da maior taxa de *arrestos* (detenções), não obteve resposta negativa nas taxas de homicídios, ou seja, não houve relação causal (SANCHEZ TORRES, 2006: PP. 33-34).

Seguindo de certa forma os estudos de Echeverry e Partow (1998) relaciono ou associo os elevados indicadores de homicídios na região Nordeste, em seus estados separadamente, com os indicadores de encarceramento de uma forma geral. Apesar de um dado agregado, pois estou trabalhando com todos os aprisionamentos, é importante averiguar tal relação.

No Brasil, a população prisional é de 473.626. São 174.372 pessoas presas no regime fechado, 66.670 no regime semi-aberto, 19.458 em regime aberto. São 152.612 pessoas presas provisoriamente e 4.000 por medida de segurança. Existem mais 56.014 sob controle das polícias (Depen/Infopen, 2009). A tendência é de crescimento.

O estado que vem tendo uma relação positiva entre taxa de encarceramento crescente e a redução dos homicídios é São Paulo (KHAN, 2008 e KAHN e ZANETIC, 2009). Mas será que isto pode ser visto como uma variável determinante nacionalmente e/ou regionalmente também?

Avaliando o quantitativo de aprisionamento entre 2003 e 2008 para a região Nordeste como variável independente, qual a relação desta variável e os homicídios (variável dependente) para o mesmo período?

Verificando na tabela abaixo, percebe-se crescimento nos números absolutos de homicídios em todos os estados do Nordeste. Não há estado que não apresente tendência de crescimento no período em análise.

**Tabela 09:**  
**Números de homicídios absolutos nos estados nordestinos – 2003/2008**

Homicídios	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Alagoas	1.039	1.035	1.203	1.618	1.835	1.878
Bahia	2.164	2.261	2.816	3.288	3.628	4.709
Ceará	1.562	1.582	1.697	1.792	1.932	1.954
Maranhão	792	729	935	963	1.126	1.239
Paraíba	615	675	745	824	861	1.027
Pernambuco	4.517	4.174	4.329	4.470	4.556	4.345
Piauí	298	327	368	418	383	354
Rio Grande do Norte	405	344	406	455	589	669
Sergipe	469	454	487	584	522	554

Fonte: SIM/DATASUS (2010).

No que tange aos aprisionamentos, há, também, tendência positiva nos dados, ou seja, mais aprisionamentos por estado. O que pode ser visto na tabela abaixo.

**Tabela 10:**  
**Aprisionamentos totais nos estados nordestinos – 2003/2008**

Sistema Carcerário	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Alagoas	1.487	2.415	2.671	2.139	1790	2.168
Bahia	5.317	10.484	7.144	12.891	13.919	13.944
Ceará	11.317	9.497	10.116	11.740	12.186	13.560
Maranhão	2.116	4.155	5.156	5.586	5.300	4.615
Paraíba	5.414	5.954	6.024	7.651	8.104	8.917
Pernambuco	12.488	13.381	18.318	15.778	18.836	19.808
Piauí	1.336	2.094	1.785	1.841	2.634	2.257
Rio Grande do Norte	1.761	2.731	3.667	4.674	2.976	3.955
Sergipe	2.794	2.256	2.732	2.228	3.090	3.036

Fonte: InfoPen/Depen (2010).

Um modelo interessante para avaliar a dimensão do impacto entre duas variáveis é a correlação de Pearson. Nesse mecanismo estatístico se avalia a relação e/ou nível de associação entre uma variável X (dependente) e uma variável Y (independente), sendo um dispositivo bastante interessante de análise correlacional.



**Tabela 11:**  
**Modelo de Correlação de Pearson – Homicídios X População Carcerária no Nordeste – 2003 a 2008**

	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Correlação	0,797*	0,909**	0,896**	0,856**	0,876**	0,826**
N	9	9	9	9	9	9
Sig.	0,010	0,001	0,001	0,003	0,002	0,006

\*Correlação significativa no nível de 95% no teste de duas caudas.

\*\*Correlação significativa no nível de 99% no teste de duas caudas.

Fontes: SIM/DATASUS. InfoPen/Depen (2010). Modelo Nóbrega Jr. (2010) executado no SPSS 17.

No modelo de Correlação de Pearson apresentado na tabela acima há tendência positiva entre prisões (Y) e mais homicídios (X). Então, em síntese, a presença do estado na condução da punição de privação de liberdade não está arrefecendo a prática de assassinatos no Nordeste. Todavia, o modelo apresentado agregou todos os aprisionamentos, sem distinção daqueles efetuados sob acusação de homicídios (artigo 121 do Código Penal brasileiro)<sup>28</sup>. Isto pode enviesar os dados, pois o modelo apresenta mais prisões, não obstante a prática dos homicídios continuar sendo efetuada<sup>29</sup>.

Dessa forma, vou partir para a análise das instituições na perspectiva da (des)confiança gerada na sociedade e na sua performance no sentido de arrefecer os homicídios no Nordeste, utilizando como case Pernambuco.

### 4.3. HOMICÍDIOS, (DES)CONFIANÇA INSTITUCIONAL E O FLUXO NO SISTEMA CRIMINAL

Pesquisa realizada pelo Instituto Maurício de Nassau (IMN)<sup>30</sup> (2008) apontou para um destacado descrédito das instituições coercitivas perante a sociedade recifense. Como termômetro para Pernambuco, os recifenses se apresentaram como sendo resistentes em confiar na polícia. Por exemplo, quase 45% dos entrevistados foram assaltados em via pública. Destes, 54,6% não registraram queixa na polícia. Os restantes 45,4% que registraram queixa, mais de 90% afirmaram que a polícia não prendeu o assaltante. Dessa forma, constata-se que a confiança tende a diminuir ainda mais, pois a desconfiança nas polícias é grande.

A impunidade deve ser considerada como variável causal para o aumento e/ou estabilidade em patamares elevados de homicídio<sup>31</sup>. De acordo com a pesquisa realizada pelo IMN, 82,5% dos entrevistados afirmaram que a polícia não prendeu o assassino. Qual seria então a lógica dos assassinos? Num

28 Parte Especial. Título I: DOS CRIMES CONTRA A VIDA. Homicídios simples. Art. 121. Matar alguém: Pena – reclusão, de 6 (seis) a 20 (vinte) anos (Código Penal; 2008).

29 Seria uma relação positiva para o controle dos homicídios se o modelo apresentasse sinal negativo nas correlações.

30 Disponível em: [http://www.institutomauriciodenassau.com.br/blog/wp-content/uploads/2009/02/apresentaac2a7ao\\_termac2b4metro\\_da\\_inseguranac2a7a\\_e\\_vitim\\_izaac2a7ao\\_na\\_cidade\\_do\\_recife1.pdf](http://www.institutomauriciodenassau.com.br/blog/wp-content/uploads/2009/02/apresentaac2a7ao_termac2b4metro_da_inseguranac2a7a_e_vitim_izaac2a7ao_na_cidade_do_recife1.pdf)

31 Mocan (2003), Goertzel e Kahn (2008), Gaviria (2000), Sanchez Torres (2007) e Rubio (1999) apontam para o recrudescimento das detenções e a relação na inversão dos assassinatos.

campo aberto para a prática delituosa é mais vantajoso cometer o homicídio, pois dificilmente a polícia chegará a prender o assassino, valendo a teoria na qual as instituições moldam as ações dos indivíduos (NORTH, 1990).

Na outra ponta do problema, por qual motivo a população deve confiar e acreditar na polícia, já que o assassino não será preso? Mais uma vez as instituições aparecem como decisivas na ação individual ou coletiva. Partindo disso, se mostra fundamental analisar o fluxo das denúncias de homicídios para tentar responder a seguinte questão: *o quantitativo mensal de homicídios registrados é efetivamente denunciado?*

Ribeiro (2008) avaliou o tempo que os homicídios dolosos transitavam no sistema de justiça da cidade do Rio de Janeiro. Alguns resultados apontaram para “o fato de que as características processuais do caso, como a existência de flagrante e o fato de o crime ser qualificado, são extremamente importantes na determinação do tempo e da sanção que o caso recebe. No entanto, variáveis extralegais, como a presença de advogado particular e o sexo da vítima também exercem importantes influências no que se refere ao seu tempo e ao seu desfecho” (Ribeiro, 2008).

A partir do seu estudo, foi possível calcular a impunidade, ou seja, a porcentagem de casos registrados pela polícia que prossegue em todas as fases do sistema de justiça criminal alcançando uma sentença criminal. Através de uma análise sofisticada da literatura internacional e da metodologia comparativa, foi possível demonstrar que o sistema de justiça criminal do Rio de Janeiro age conforme o estereótipo do acusado; que quando o réu possui antecedentes criminais o sistema tende a ser mais eficiente em seu processamento; e quando o sistema de justiça criminal possui uma matéria-prima conhecida ele tende a processá-la com maior rapidez do que quando a matéria-prima é desconhecida (RIBEIRO, 2008).

As análises qualitativas de Ribeiro (2008) “evidenciaram que as regras legais são manipuladas nas audiências do júri de maneira simbólica para que cada um dos operadores do direito possa ver a sua tese sustentada em plenário como vencedora. Neste sentido, a prisão em flagrante e a chegada do indivíduo algemado à sala de audiências pode ser considerada como uma prova irrefutável que o julgamento da plenária apenas servirá para confirmar a situação do réu naquele momento, qual seja: preso, condenado”, demonstrando que o efeito do estereótipo sobressai em torno do que seria justo (KANT DE LIMA, 1995).

**Tabela 12:**  
**Registros de homicídios totais e por tipo, total de denúncias e proporção de denúncias em relação ao registro total de homicídios**  
**Estado de Pernambuco – 2007**

meses	hom_tot	hom_qua	hom_sim	hom_tent	total denúncias	% denúncias registradas de homicídios
jan	460	13	0	5	18	3.9
fev	409	11	2	4	17	4.2
mar	426	10	1	4	15	3.5
abri	390	18	3	5	26	6.7
mai	377	17	2	3	22	5.8
jun	361	15	1	8	24	6.6
jul	348	17	1	11	29	8.3
ago	374	20	0	8	28	7.5
set	325	12	1	3	16	4.9
out	372	11	1	6	18	4.8
nov	349	10	1	7	18	5.2
dez	401	11	0	4	15	3.7
total	4592	165	13	68	246	5.4

Fontes: Infopol/SDS-PE/Ministério Público de Pernambuco.  
 Formatação da tabela e cálculo do percentual de denúncias Nóbrega Júnior (2010).

Na tabela acima analiso o fluxo dos homicídios no sistema de denúncias no Ministério Público de Pernambuco, para o ano de 2007. A média percentual das denúncias de homicídios é de 5,4% do total de mortes por agressão no estado. A tabela também expõe o percentual mensal daquele período. Verifica-se o pico no mês de agosto, onde foram registrados 374 mortes por agressão das quais 28 foram denunciadas no MPPE, ou 7,5% do total de mortes do período assinalado.

Ainda na tabela 12, do total de 4.592 assassinatos cometidos no ano de 2007, apenas 246 foram denunciados ao MPPE. O que equivale a 5,4% do total de mortes registradas naquele ano. Mesmo com o registro das denúncias podendo ser de anos anteriores ou posteriores, isto reforça a hipótese da ineficácia/ineficiência dessas instituições coercitivas, já que a média dos últimos dez anos (1998-2007) foi de 4.342 homicídios anuais.

Pouco dos homicídios registrados são investigados e denunciados em Pernambuco, a média de 5,4% anual comprova isto, ou seja, 94,6% dos homicídios do estado não são sequer denunciados ao MPPE.

Percebe-se que a atuação das instituições coercitivas se apresenta como fator significativo na redução da violência, sobretudo dos homicídios. Os dados apontam para uma associação relevante entre baixa eficácia dessas instituições com os altos índices da violência homicida.

## 5. CONCLUSÕES

Os resultados apontados pela análise aqui executada comprovam/ reforçam a tese na qual é determinante a eficácia das políticas públicas em segurança como fator de controle dos homicídios na região Nordeste.

Foram analisadas diversas variáveis em relação aos homicídios, onde o esforço estatístico em verificar maior precisão em suas relações/correlações/níveis de associação foi limitado quando da ausência de dados mais consistentes para o teste. Contudo, os testes estatísticos somados a interpretação sociológico-política ajudaram bastante no estudo sobre as causas e possíveis soluções para o controle da violência homicida no Nordeste brasileiro.

Na análise dos fatores institucionais muitos mitos foram quebrados, como aquele que liga uma lógica relação entre efetivo da polícia e a redução da violência (CERQUEIRA, LOBÃO e CARVALHO, 2007). O mero crescimento do efetivo não reflete na redução da violência homicida.

O controle dos homicídios passa por uma análise precisa da sua dinâmica e de suas relações com outras variáveis (independentes) para a aplicação responsável das políticas públicas em Segurança (*accountability*).

As hipóteses levantadas no início do *paper* assim podem ser justificadas:

- A violência homicida comprovadamente vem crescendo em ritmo devastador no Nordeste desde, pelo menos, meados da década de noventa, com destaque para os jovens do sexo masculino. Estes são vitimados em sua maior parte por arma de fogo. O grupo entre 20 e 29 anos de idade com o impacto mais expressivo, mais de 40% dos homicídios em Pernambuco.
- O esforço feito pelo governo em áreas sociais não vem respondendo satisfatoriamente na queda da criminalidade violenta na região Nordeste. Os gastos sociais, as melhorias nas macrovariáveis socioeconômicas e os investimentos em projetos sociais foram expressivos no Nordeste, não obstante a violência homicida cresce independentemente de tais investimentos/esforços e a diminuição da desigualdade e da pobreza.
- O papel das instituições coercitivas (*accountability*) parece ser o fator determinante para o controle e queda dos homicídios no Nordeste. Apesar da fragilidade dos dados institucionais, há grande poder de previsão em suas relações causais. Os aprisionamentos são crescentes no Nordeste, mas os homicídios continuam sendo praticados de forma ascendente. Como os dados do Depen/InfoPen não separam os tipos de crime, a partir da análise do fluxo do

sistema criminal as denúncias não são suficientes para o número de casos de homicídios, o que prova a negligência do estado em punir o homicida.

Outro ponto relevante, que não foi avaliado neste paper, é o papel dos municípios na redução da violência homicida. Acero Velásquez (2006), Mocan (2003), Khan e Zanetic (2009) e Ferreira *et ali* (2009), são alguns exemplos de autores que defendem a tese do papel efetivo dos municípios em políticas públicas de segurança. Apesar de no Brasil as medidas de segurança estarem ao encargo dos governos estaduais, é imprescindível o papel dos municípios para o controle da criminalidade homicida. Cidades como Bogotá, Nova Iorque, Diadema, Canoas, Petrolina e outras, conseguiram lograr êxito no controle dos homicídios<sup>32</sup>.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACERO VELÁSQUEZ, Hugo (2006), "Os Governos Locais e a Segurança Cidadã". Texto desenvolvido como consultor do PNUD.
- ALBUQUERQUE, Roseanne (2009), "Petrolina consegue reduzir 35,5% o número de homicídios" *in Jornal do Comercio*. Disponível em: <http://www.pebodycount.com.br/post/comentarios.php?post=1079>
- ANSELIN, L. (1989), What is special about spacial data? Alternative perspectives on spatial data analysis. Paper prepared for presentation at the Spring 1989 Symposium on *Spatial Statistics, Past, Present and Future*, Department of Geography, Syracuse University.
- ANSELIN, L. (2005), GeoDa 0.9 User's Guide. Spatial Analysis Laboratory (SAL). Department of Agricultural and Consumer Economics, University of Illinois, Urbana-Champaign, IL.
- BARROS, Ricardo P. de, FOGUEL, Miguel N. e ULYSSEA, Gabriel (2006), *Desigualdade de Renda no Brasil: uma análise da queda recente*, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Volume 1, [www.ipea.gov.br](http://www.ipea.gov.br)
- BEATO, C. C. e REIS, I. A. (2000), "Desigualdade, Desenvolvimento Socioeconômico e Crime", *in* R. Henriques (org.), *Desigualdade e Pobreza no Brasil*. Rio de Janeiro. IPEA.
- BECKER, G. (1968), "Crime and Punishment: Na Economic Approach" *in Journal of Political Economy*, vol. 16, pp. 169-217.

<sup>32</sup> Canoas, município do Rio Grande do Sul, conseguiu reduzir em 37% os homicídios nos bairros mais críticos. Petrolina, em Pernambuco, conseguiu reduzir os homicídios em 35% entre 2008 e 2009. Os prefeitos dessas cidades se empenharam em produzir mecanismos de controle que se mostraram eficazes, como setores de inteligência e monitoramento por câmeras (ALBUQUERQUE, 2009 e PAULIN, 2010).

- BLALOCK, Hubert (1967), "Causal Inferences, Closed Populations, and Measures of Association". *The American Political Science Review*, 61, 1: 130-136.
- BLALOCK, Hubert (1971), *Causal Models in the Social Sciences*, Chicago: Aldine-Atherton.
- CANO, Ignácio e RIBEIRO, Eduardo (2007), "Homicídios no Rio de Janeiro e no Brasil: dados, políticas públicas e perspectivas" in *Homicídios no Brasil*. Marcus Vinicius Gonçalves da Cruz e Eduardo Cerqueira Batitucci (orgs.). FGV Editora. Rio de Janeiro.
- CERQUEIRA, Daniel, LOBÃO, Waldir e CARVALHO, Alexandre (2007), "O jogo dos sete mitos e a miséria da segurança pública no Brasil", in *Homicídios no Brasil*, Marcus Vinicius G. Cruz e Eduardo C. Batitucci (Orgs.), FGV, Rio de Janeiro.
- CÓDIGO PENAL (2008), *Código Penal Brasileiro*. 10ª Edição, revista, ampliada e atualizada. Luis Flávio Gomes (organização). Editora Revista dos Tribunais.
- CRUZ, Marcus Vinicius G. e BATITUCCI, Eduardo C. (Orgs.) (2007), *Homicídios no Brasil*, FGV, Rio de Janeiro.
- DATASUS/SIM (2010), Dados de Estatísticas Vitais e Demográficas. Site do Sistema de Informação de Mortalidade: <http://www2.datasus.gov.br/DATASUS/index.php>
- DEPEN/INFOPEN (2008), *Departamento Penitenciário Nacional. Sistema de Informação Penitenciária – InfoPen. Dados Consolidados*. Ministério da Justiça. 2008.
- EACHEVERRY, Juan Carlos y PARTOW, Zeinab (1998), "Por qué La justicia no responde al crimen: el caso de la cocaína en Colombia", in *Corrupción, crimen y justicia. Una perspectiva económica*. Mauricio Cárdenas y Roberto Steiner, Bogotá D. C., Tercer Mundo Editores, LACEA.
- FERREIRA, Sinésio P., LIMA, Renato S. e BESSA, Vagner (2009), "Criminalidade Violenta e Homicídios em São Paulo: Fatores Explicativos e Movimentos Recentes". *Coleção Segurança com Cidadania, Ano 1, Nº 3, Homicídios: Políticas de Controle e Prevenção no Brasil*. ISSN 1984-7025.
- FUKUYAMA, Francis (2002), Capital Social in *A cultura importa, os valores que definem o progresso humano*, orgs. Lawrence E. Harrison e Samuel P. Huntington, Ed. Record, Rio de Janeiro e São Paulo.
- GAVIRIA, Alejandro. (2000), "Increasing Returns and Evolution of Violent Crime: The Case of Colombia". *Journal of Development Economics*, Vol. 61.
- GOODCHILD, Michael, (1987), "A Spatial Analytical Perspective on Geographical Information Systems." *International Journal of Geographical Information Systems*, 1, 327-334.
- GORTZEL, T. e KHAN, T. (2008), "The Great São Paulo Homicide Drop". *Manuscrito*.

- GREIF, Avner (2006). *Institutions and the Path to the Modern Economy*. Cambridge: Cambridge University Press.
- GRIFFITH, Daniel A., (1987), "Toward a Theory of Spatial Statistics: Another Step Forward." *Geographical Analysis*, 19,69-82.
- HALL, Peter e TAYLOR, Rosemary C. R. (2003), "As Três Versões do Neo-Institucionalismo" in *Lua Nova*. Nº 58, pp. 193-223.
- IBGE. (2006), Síntese de indicadores sociais. Estudos & Pesquisas. Informação Demográfica e Socioeconômica.
- KHAN, Túlio (2008), Dados apresentados no Encontro: "Criminalidade Violenta e Homicídios em São Paulo – Fatores Explicativos e Movimentos Recentes", realizado pela Escola de Direito de São Paulo, Edesp/FGV, São Paulo, 21 de agosto de 2008.
- KAHN, Tulio e ZANETIC, André (2009), "O papel dos municípios na segurança pública", in *Coleção Segurança com Cidadania, Ano 1, Nº 1, Subsídios para Construção de um Novo Fazer Segurança Pública*. ISSN 1984-7025.
- KANT DE LIMA, Roberto (1995), *A Polícia da Cidade do Rio de Janeiro. Seus dilemas e paradoxos*. 2ª edição revista. Editora Forense, Rio de Janeiro.
- KATZNELSON, Ira and WEINGAST, Bary W. (eds.) (2005) *Preferences and Situations—Points of Intersection Between Historical and Rational Choice Institutionalism*. New York: Russel Sage Foundation.
- KING, G. (2006), "Publication, Publication". Disponível: [www.gking.harvard.edu](http://www.gking.harvard.edu)
- KING, G.; KEOHANE, R; VERBA, S. (1994), *Designing Social Inquiry*. Princeton University Press, New Jersey.
- LUCAS, Robert E. Jr. (1976), "Econometric Policy Evaluation: A Critique", in *Carnegie-Rochester Conferences on Public Policy*, vol. 1, no. 3. PP. 19-49.
- MAOZ, Zeev and Russett, Bruce (1992), "Alliance, Contiguity, Distance, Wealth, And Political Stability: Is The Lack Of Conflict Among Democracies A Statistical Artifact?", *International Interactions* 17 (1992) pp. 245-268.
- MINISTÉRIO DA JUSTIÇA (2010), *Relatório elaborado pela Coordenação Geral de Pesquisa / SENASP / MJ*. Disponível em: <http://portal.mj.gov.br/data/Pages/MJCF2BAE97ITEMIDAACCEEFBA784458E99DCADBC672C3096PTBRNN.htm>
- MOCAN, Nanci (2003), "Crime Control: Lessons from the New York City Experience". *Paper to be given at the International Seminar on Crime and Violence Prevention in Urban Settings*, Bogotá, Colômbia.

- NÓBREGA JÚNIOR, José Maria P. da, ZAVERUCHA, Jorge e ROCHA, Enivaldo C. da (2009), "Homicídios no Brasil: revisando a bibliografia nacional e seus resultados empíricos", artigo aceito para publicação na *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais – BIB*.
- NÓBREGA JÚNIOR, José Maria P. da (2009a), "Homicídios em Pernambuco: dinâmica e relações de causalidade", in *Coleção Segurança com Cidadania, Ano 1, Nº 3, Homicídios: Políticas de Controle e Prevenção no Brasil*. ISSN 1984-7025.
- NÓBREGA JÚNIOR, José Maria P. da (2009b), "2/3 dos assassinatos do Nordeste se concentram na Bahia, em Pernambuco e em Alagoas" publicado no blog do Jamildo em agosto de 2008. [www.blogdejamildo.com.br](http://www.blogdejamildo.com.br)
- NÓBREGA JÚNIOR, José Maria P. da (2010), *Os homicídios no Brasil, no Nordeste e em Pernambuco: Dinâmica, relações de causalidade e políticas públicas*. Tese (doutorado). Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal de Pernambuco.
- NORTH, Douglass (1990), *Institutions, institutional change, and economic performance*. Cambridge, Cambridge University Press.
- O'DONNELL, Guillermo. (1998), "Accountability horizontal e novas poliarquias". Lua Nova: Revista de Cultura e Política, nº 44.
- ODLAND, John (1988), *Spatial Autocorrelation*. Newbury Park, CA. Sage Publications.
- OLIVEIRA, Adriano (2007), *Tráfico de Drogas e Crime Organizado. Peças e Mecanismos*. Juruá Editora. Curitiba. Paraná.
- PAULIN, Igor (2010), "Canoas virou" *Veja*, 13 de dezembro de 2010.
- PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (2008).
- RIBEIRO, Ludmila (2008), *Administração da Justiça Criminal na Cidade do Rio de Janeiro: Uma análise dos determinantes do tempo e do desfecho dos casos de homicídio doloso em uma perspectiva comparada*. Tese de Doutorado. IUPERJ. Rio de Janeiro.
- RIBEIRO, Ludmila (2009), "O Tempo da Justiça Criminal Brasileira" in *Coleção Segurança com Cidadania, Ano 1, Nº 3, Homicídios: Políticas de Controle e Prevenção no Brasil*. ISSN 1984-7025.
- ROTHSTEIN, Bo (2005), *Social Trap and the Problem of Trust*. Cambridge: Cambridge University Press.
- RUBIO, Mauricio (1999), *Crimen e impunidade. Precisiones sobre la violencia*. Santafé de Bogotá, Editorial Tercer Mundo.



- SÁNCHEZ TORRES, Fabio (2007), *Las Cuentas de la Violencia*. Grupo Editorial Norma. Bogotá. Economía – Universidade de los Andes.
- SIM/DATASUS (2008). Dados de Mortes por Agressão do banco de dados do Subsistema de Informações sobre Mortalidade do Sistema Único de Saúde do Ministério da Saúde. Brasil.
- SOARES, Gláucio Ary D. (2008), *Não Matarás. Desenvolvimento, desigualdade e homicídios*. FGV Editora. Rio de Janeiro.
- TOBLER, Waldo, 1979. "Cellular Geography." In S. Gale and G. Olsson, *Philosophy in Geography*, pp. 379-386. Dordrecht: Reidel.
- TOBLER, Waldo. 1970. "A Computer Movie Simulating Urban Growth in the Detroit Region." *Economic Geography* 26:234-40.
- WAISELFISZ, Julio Jacobo (2008), *Mapa da Violência dos Municípios Brasileiros – 2008*, Rede de Informação Tecnológica Latino-Americana, RITLA, Instituto Sangari, Ministério da Saúde e Ministério da Justiça.
- WEEKS, John R. (2002), Introduction to Spatial Analysis, the file can be downloaded at: [http://74.125.47.132/search?q=cache:LMWluLOGA1YJ:www.povertymap.net/publications/doc/rome\\_2002/John%2520Weeks/Introduction%2520to%2520Spatial%2520Analysis.doc+introduction+spatial+analysis&cd=3&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=us](http://74.125.47.132/search?q=cache:LMWluLOGA1YJ:www.povertymap.net/publications/doc/rome_2002/John%2520Weeks/Introduction%2520to%2520Spatial%2520Analysis.doc+introduction+spatial+analysis&cd=3&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=us)
- ZALUAR, A. (1985), *A Máquina e a Revolta. As Organizações Populares e o Significado da Pobreza*. São Paulo, Editora Brasiliense.
- ZAVERUCHA, Jorge (2004), *Polícia Civil de Pernambuco: o Desafio da Reforma*. Editora Universitária UFPE. 2ª edição revisada. Recife.

